




plano diretor municipal

marvão 3. caracterização florestal



agosto 2016

município de marvão

lugar do plano, gestão do território e cultura





Índice

1 . Introdução	3
2. Os PROF's	5
3 . O PROF do Alto Alentejo	7
3.1. Sub-Regiões Homogéneas	8
3.2. Espaços Florestais Prioritários	15
4. Os Recursos Florestais	16
4.1. Espaços Florestais	16
4.2. Produtividade Potencial	22
4.2.1. Regiões biogeográficas	22
4.2.2. Potencialidade Produtiva	26
4.3. Recursos e Produtos Florestais	29
4.3.1. Caça	29
4.3.2. Pesca em Águas Interiores	32
4.3.3. Arvoredo e Povoamentos Florestais de Valor Especial	33
4.3.4. A floresta e Cortiça	34
4.3.5. Frutos, Cogumelos e Ervas Aromáticas	34
4.3.6. Silvopastorícia	35
4.3.7. Recreio e Paisagem	35
4.4. PERIGOSIDADE E RISCO de Incêndio	37
5. BIODIVERSIDADE	42
5.1. Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e Regime Florestal	42
5.2. Valores Naturais	46
6. Regulamento PROF Alto Alentejo Compatibilização com o PDM	49



1. INTRODUÇÃO

No âmbito da elaboração de um Plano Diretor Municipal é fundamental conhecer o território para o qual se está a elaborar a figura de ordenamento sobre o qual irá incidir. Neste campo específico de atuação, do setor florestal, é evidente a sua enorme expressão neste concelho. Nessa medida é fulcral que uma parte dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão se debruce na caracterização e análise desse setor.

A análise da componente florestal deste território, importa sobretudo para procurar uma compatibilização entre os diferentes usos do solo, nomeadamente entre os solos urbanos e os solos florestais, e assegurar as diferentes valências ou funções que caracterizam os espaços florestais, entre os quais, a de lazer, a de proteção, a de conservação e de produção.

No atual sistema de ordenamento e das figuras de plano enquadráveis no sistema português, as figuras mais diretamente relacionadas com a classificação e qualificação dos solos, e com o ordenamento florestal são sobretudo os planos diretores municipais, e mais recentemente, os planos regionais de ordenamento florestal.

Desta forma, no âmbito da atual revisão do PDM de Marvão, importa articular e compatibilizar este com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF AA), ou seja, respeitar ainda que de forma adaptada à realidade concelhia e às diferentes escalas de trabalho, as orientações presentes no PROF AA.

Assim, para o conhecimento mais integrado do território de Marvão, no que se refere à ocupação florestal, recorre-se ao PROF AA, onde foi feito um considerável esforço no tratamento de dados de base, transformando-os em informação útil no processo de planeamento em questão, pelo que seria insensato proceder a novos trabalhos conducentes à obtenção da mesma informação. Desta forma, na presente caracterização, socorre-se à caracterização efetuada no PROF AA, sempre que tal se justifique útil e consentâneo com a metodologia de trabalho adotada, até porque estas realidades são bem mais abrangentes do que a área restrita do concelho, e para a qual as delimitações administrativas pouco importam.

O PROF AA procede à caracterização e diagnóstico da região, nomeadamente à identificação dos espaços florestais, à caracterização biofísica e infraestrutural e à caracterização socioeconómica. É também efetuada a definição dos objetivos gerais e operacionais e a definição dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos florestais e associados.



Com a análise deste instrumento de política sectorial pretende-se compreender o seu espírito e filosofia, nomeadamente a nível das repercussões que terá no PDM de Marvão, uma vez que se trata de um projeto com uma abrangência territorial e normativa muito alargada que, sem dúvida, de um documento valioso e útil ao nível do ordenamento e planeamento dos recursos florestais.

Assume desde já pertinência a referência à legislação protecionista vigente do sobreiro e da azinheira. A existência de sobreiros e azinheiras no território concelhio impõe restrições à alteração da ocupação do solo, particularmente severas no caso dos povoamentos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho. Estes dois diplomas legais regulamentam as conversões da ocupação do solo, o corte e o arranque de árvores, a poda e outras intervenções nos povoamentos de sobreiro e de azinheira, nos núcleos e em árvores isoladas.



2. OS PROF'S

Os princípios orientadores da Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) e as orientações e objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa consagram pela primeira vez instrumentos de ordenamento e planeamento florestal, designados por Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's), que, definindo diretrizes relativas à ocupação e ao uso dos espaços florestais e de forma articulada com os restantes instrumentos de gestão territorial, promoverão, em ampla cooperação entre o Estado e os proprietários florestais privados, a gestão sustentável dos espaços florestais por eles abrangidos.

Foi através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2000 de 13-09-2000, que ficou determinada a elaboração dos PROF's, instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, a aplicar em 21 regiões de Portugal continental e nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Os PROF são um elemento charneira no sistema de planeamento florestal português desenvolvendo as orientações preconizadas ao nível do planeamento florestal nacional e da legislação em vigor e traduzindo-as sempre que necessário em programas de ação, em atribuição de competências ou em normas concretas de silvicultura e de utilização do território. Estas normas serão posteriormente utilizadas no processo de elaboração dos planos de gestão florestal (PGF), dos planos de utilização de baldios (PUB), dos planos diretores municipais (PDM) e dos planos municipais de intervenção na floresta (PMIF).

Um dos objetivos-chave do planeamento florestal regional, intimamente ligado com a proteção dos espaços florestais e com o aumento da sua produtividade, lato sensu, é o de garantir que todo o território receba assistência, vigilância e tratamento permanentes, com um sentido social claro, prevenindo o surgimento de espaços de abandono, onde são comuns acontecimentos como grandes incêndios, proliferação de espécies invasoras e de pragas ou ainda intervenções abusivas e furtivas sem deteção de responsáveis.

Simultaneamente, será constituída uma base de informação que interessa não só à elaboração dos planos regionais, mas também à gestão dos espaços florestais pelos serviços do Estado e pelos restantes agentes, aos níveis da administração de propriedades florestais, da recuperação de áreas atingidas por acontecimentos catastróficos (fogos, tempestades, etc.), da elaboração dos PGF, dos PUB ou ainda do acompanhamento da elaboração de PDM, de PROT ou de planos especiais, por exemplo.

DGF / MADRP



Segundo a AFN, e de uma forma resumida, os PROF's:

- ↳ Organizam os espaços florestais ao nível regional e estabelecem um enquadramento técnico e normativo para a utilização dos recursos florestais;
- ↳ Asseguram que todos os espaços florestais tenham assistência, vigilância e tratamento permanentes;
- ↳ Definem zonas de intervenção prioritária e os meios e agentes responsáveis pela execução das ações preconizadas;
- ↳ Definem normas orientadoras para a elaboração dos PGF.

Por sua vez os PGF, regulam, no tempo e no espaço, as intervenções de natureza cultural e/ou de exploração, visando a produção sustentada de bens e serviços ao nível das unidades de produção florestal.



3. O PROF DO ALTO ALENTEJO

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF AA), o qual abrange o concelho de Marvão, foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril. DR n.º 66, Série I.

A sua elaboração foi da responsabilidade da ex-Autoridade Florestal Nacional – AFN atualmente ICNF, e integra informação elaborada pelo Consórcio PROF Alentejo, constituído pela ACHAR – Associação dos Agricultores da Charneca, AFLOPS – Associação de Produtores Florestais, AFLOSOR – Associação de Produtores Florestais da Região da Ponte de Sor, ANSUB – Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado e APFC – Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitófes, que promoveu com este fim a formação de uma equipa de trabalho pluridisciplinar, de forma a integrar as diversas vertentes e interesses do setor florestal.

Este instrumento, para além de Marvão, abrange os municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Castelo de Vide, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sor e Portalegre.

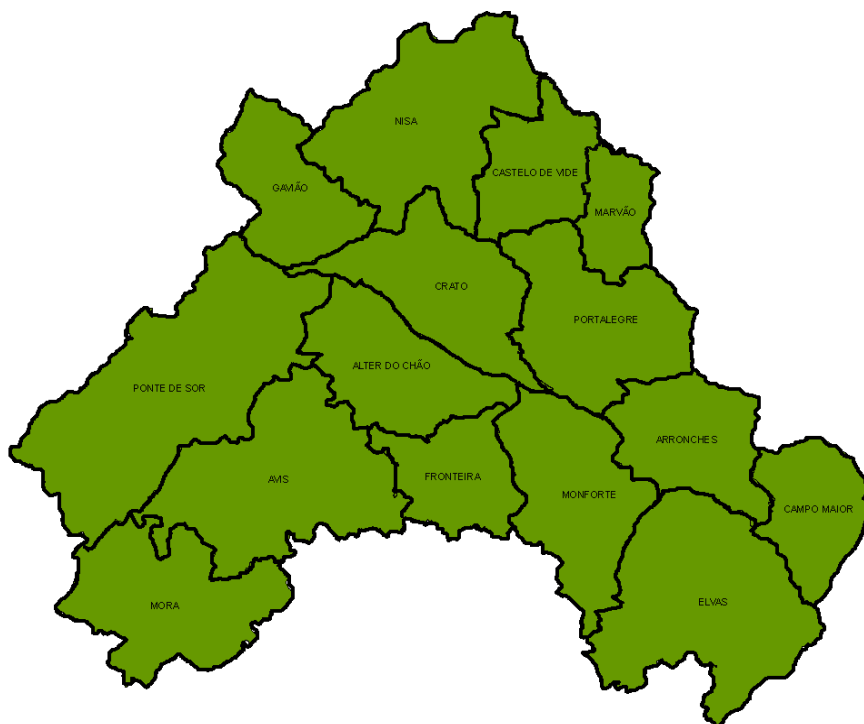


Figura 1. Região e respetivos concelhos da área-plano do PROF do Alto Alentejo.

Fonte: PROF AA (2007)

3.1. SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS

Os objetivos dos PROF's, designadamente o PROF do Alto Alentejo, são orientados em função das diferentes sub-regiões homogéneas. Genericamente as sub-regiões homogéneas resultam do somatório dos espaços florestais, dos espaços incultos, dos espaços improdutivos e das águas interiores.

A organização dos espaços florestais e respetivo zonamento, nesta região, é feita ao nível de sub-regiões homogéneas, que correspondem a unidades territoriais com elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização como resultado da otimização combinada de três funções principais.

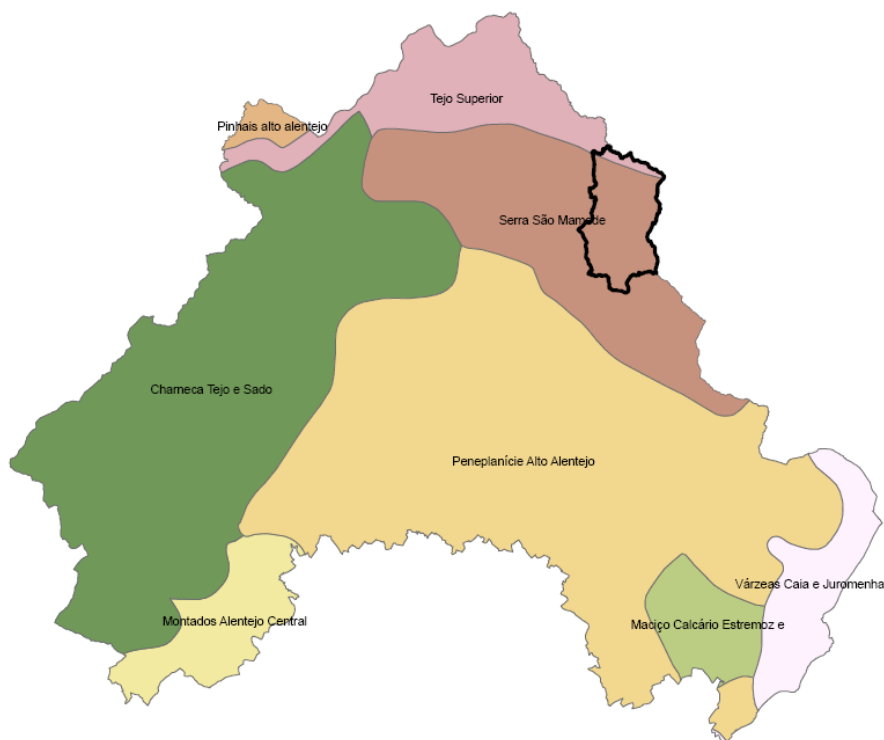


Figura 2. Sub-Regiões Homogéneas na área-plano do PROF do Alto Alentejo.

Fonte: PROF AA (2007)

De acordo com o PROF do Alto Alentejo, existem 8 sub-regiões homogéneas:

1. Sub-região homogénea Montados do Alentejo Central;
2. Sub-região homogénea Peneplanície do Alto Alentejo;
3. Sub-região homogénea Chameca do Tejo e Sado;
4. Sub-região homogénea Várzeas do Caia e Juromenha;
5. Sub-região homogénea Maciço Calcário Estremoz-Elvas;
6. Sub-região homogénea Pinhais do Alto Alentejo;
7. Sub-região homogénea Tejo Superior;



8. Sub-região homogénea Serra de S. Mamede;

Todas as sub-regiões homogéneas têm em comum a prossecução de vários objetivos específicos, os quais se encontram expressos no artigo 12.º do Decreto Regulamentar 37/2007, de 3 de abril, e que a seguir se apresentam:

- a) *Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;*
- b) *Diminuir a área queimada;*
- c) *Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão, nomeadamente:*
 - i) *Divulgar informação relevante para desenvolvimento da gestão florestal;*
 - ii) *Realização do cadastro das propriedades florestais;*
 - iii) *Redução das áreas abandonadas;*
 - iv) *Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;*
 - v) *Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.*
- d) *Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais.*
- e) *Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.*

Por sua vez, cada sub-região homogénea possui os seus objetivos específicos, encontrando-se especificados nos artigos 19.º e 20.º do Decreto Regulamentar 37/2007, de 3 de abril, aqueles que se aplicam às sub-regiões homogéneas Tejo Superior e Serra de São Mamede, respetivamente, à qual pertence Marvão conjuntamente com mais 6 municípios: Arronches, Crato, Gavião, Castelo de Vide, Nisa e Portalegre.

Sub-região homogénea Tejo Superior

1 — *Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de produção, de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e de conservação de habitats de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos.*

2 — *A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:*

- a) *Recuperar e reconverter os espaços florestais, sobretudo os queimados, através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo;*
- b) *Desenvolver a atividade silvopastoril:*
 - i) *Aumentar o conhecimento sobre o potencial silvopastoril da sub-região;*
 - ii) *Otimizar a gestão dos recursos silvopastoris;*
 - iii) *Integrar totalmente a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.*
- c) *Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais:*
 - i) *Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca;*

- ii) Aumentar e melhorar as infraestruturas de suporte à atividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca, identificadas no inventário.*
- d) Aumentar a atividade associada à caça:*
 - i) Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;*
 - ii) Aumentar o número de áreas com gestão efetiva e a rentabilidade da atividade cinegética;*
 - iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.*
- e) Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico:*
 - i) Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio com interesse paisagístico, e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;*
 - ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infraestruturas de apoio;*
 - iii) Adequar o coberto florestal nas zonas prioritárias para a utilização de recreio e com interesse paisagístico.*
- f) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão, nomeadamente as vertentes do rio Tejo com risco de erosão médio a elevado;*
- g) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;*
- h) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;*
- i) Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a propagação do fogo;*
- j) Adequar a gestão dos espaços florestais aos objetivos de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;*
- l) Criar incentivos à fixação da população.*

Sub-região homogénea Serra de São Mamede

1 — Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, de produção e de recreio, enquadramento e estética da paisagem.

2 — A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Adequar a gestão dos espaços florestais aos objetivos de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;*
- b) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão, nomeadamente nas zonas incluídas nas vertentes das Ribeiras de Arronches e Soverete;*
- c) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;*
- d) Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico:*
 - i) Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;*

- ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infraestruturas de apoio.*
- e) Aplicar os planos de gestão aos espaços florestais sob gestão da administração pública, nomeadamente no Perímetro Florestal da Serra de São Mamede;
- f) Recuperar a área arborizada bem como a diversidade de espécies nos espaços florestais, de acordo com o seu potencial produtivo;
- g) Aumentar a atividade associada à caça:
 - i) Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;*
 - ii) Aumentar o número de áreas com gestão efetiva e a rendibilidade da atividade cinegética;*
 - iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.*
- h) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- i) Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a propagação do fogo;
- j) Criar incentivos à fixação da população.

Os espaços florestais, consoante as características próprias de cada região onde se inserem, desempenham uma multiplicidade de funções, as quais se encontram agrupadas em cinco funções:

1. Produção;
2. Proteção;
3. Conservação dos habitats e das espécies de fauna e flora e de geomonumentos;
4. Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores.
5. Recreio: enquadramento e estética da paisagem;

Conforme se pode constatar através da figura seguinte, as diferentes funções diferenciam-se territorialmente na sub-região consoante o potencial que cada território apresenta para o seu desenvolvimento. Detendo-nos no município de Marvão, no que respeita à 'função produção' e à 'função conservação' consta-te que são 'muito importante' em todo o seu território. Por sua vez a 'função recreio' e 'função silvopastorícia, caça e pesca' revela-se 'importante'. Relativamente à 'função proteção' quase todo o território revela um potencial 'sem especial relevância'.

A sub-região Tejo Superior tem um carácter marcado pelo predomínio de matas de pinheiro bravo e eucalipto, o que a aproxima mais da paisagem Beirã que propriamente da Alentejana.

O relevo apresenta-se ondulado nas áreas de maior altitude e mais acentuado na proximidade do vale do Tejo e das linhas de água encaixadas, o que coincide com uma rarefação da ocupação humana. Nestas zonas mais acidentadas, a paisagem adquire um carácter ainda mais agreste.

O encaixe do rio Tejo não é percebido a não ser junto ao rebordo do vale, constituindo uma agradável surpresa pois interrompe a monotonia da paisagem que domina em grande parte da unidade. Os horizontes são, no geral, limitados, não devido à presença de barreiras físicas mas pelo facto das manchas florestais, associadas ao relevo ondulado, condicionarem a relação visual com planos mais longínquos.



Uma vez que estas características se apresentam com diferentes potenciais, as funções desta sub-região encontram-se hierarquizadas da seguinte forma:

- ↘ **1ª Função: Produção** (Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas através da produção de madeira, cortiça, biomassa para a energia, frutos e sementes, materiais vegetais e orgânicos);
- ↘ **2ª Função: Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores** (Contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia, através do suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, à pastorícia, à apicultura e à pesca em águas interiores).
- ↘ **3ª Função: Conservação dos habitats de espécies da fauna e da flora** (Contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas).

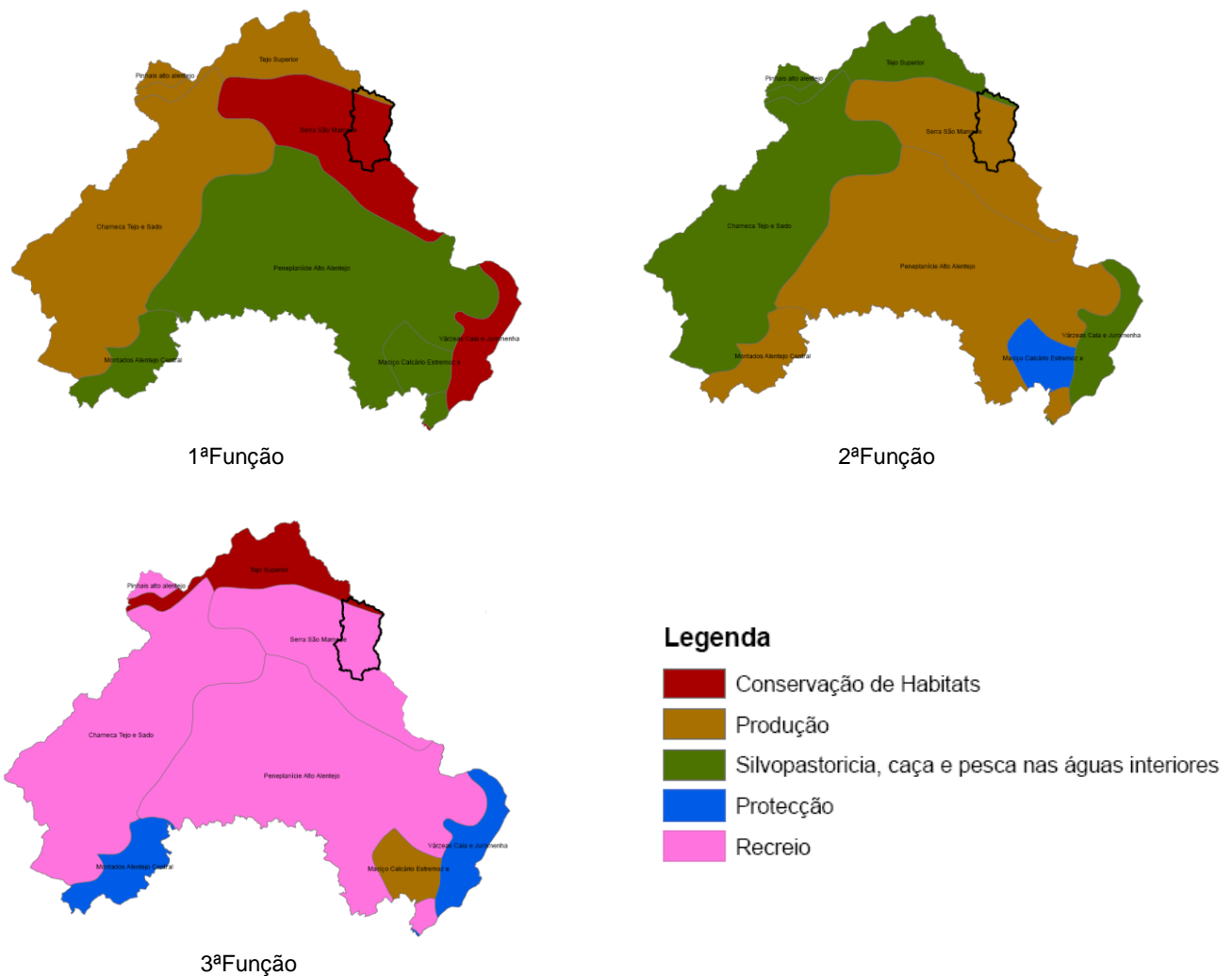


Figura 3. Sub-regiões Homogéneas - 1ª Função | 2ª Função | 3ª Função

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento (2007)

Segundo a figura 3, as funções mais relevantes no concelho de Marvão são a Conservação de habitats, Produção e o Recreio.

O PROF AA aponta uma série de pontos fortes e fracos às diversas sub-regiões homogêneas. Concretamente para a sub-região homogênea Tejo Superior (Quadro 1.) são apontados como pontos fortes, o elevado potencial para a produção de material lenhoso e para a atividade piscatória, entre outros. Relativamente aos pontos fracos são apontados os riscos de erosão e de incêndio, bem como a ocorrência de manchas florestais monoespecíficas contínuas.

Quadro 1. Pontos Fortes e Fracos, Sub-região Homogênea Tejo Superior

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Elevado potencial para a atividade piscatória – Rio Tejo, curso de água classificado como piscícola.	Risco de erosão médio e em alguns locais elevado – áreas montanhosas com relevo acentuado, vales profundos e encaixados onde se registam valores de precipitação elevados
Elevado potencial produtivo lenhoso	Densidade de ocorrência e área queimada elevadas
Existência de habitats florestais do Sítio de S.Mamede e Nisa, Laje da Prata - vegetação ripícola herbácea e arbórea de elevado valor	Pequena dimensão da propriedade florestal
Potencial para o desenvolvimento de atividade cinegética , resultante de uma grande abundância de caça maior em especial os cervídeos, notando-se a existência de vastas áreas já concessionadas (ZCA e ZCT)	Baixa adesão ao associativismo florestal
	Ocorrência de grandes manchas florestais monoespecíficas contínuas

Fonte: PROF Alto Alentejo (2007)

A sub-região Serra de São Mamede, evidencia-se em primeiro lugar pelo relevo, diferenciado da peneplanície circundante, tanto pela altitude como pelas imponentes cristas quartzíticas que rematam a maior e mais expressiva elevação do Alentejo. A diversidade litológica associada a diferentes aspetos morfológicos, a variação climática resultante da altitude e da orientação das encostas, conduz a usos diversificados e muito diferentes dos que dominam na planície envolvente, determinando o carácter destas paisagens.

Os vales encontram-se ocupados por um mosaico agrícola misto, em pequena propriedade e tradicionalmente muito intensivo, com olival, pomares, pastagens e pequenas parcelas de cereal ou mesmo de hortícolas.

Nos planaltos alarga-se o mosaico e concentra-se o povoamento, deixando lugar para o cultivo do cereal e das pastagens, por vezes com aproveitamento do montado de azinho, sobro ou de carvalho negral, ou dos soutos. Nas últimas décadas, posteriores à plantação de pinheiro bravo nos anos 50 e 60, tem-se verificado a expansão de eucaliptais, sobretudo na transição para as encostas, o que veio alterar o padrão da paisagem. A floresta espontânea, onde predominava o carvalho negral, foi em grande parte substituída por castanheiros. Mais recentemente, tem-se verificado com algum significado a instalação da vinha, especialmente nas encostas sul e sudoeste.

A diversidade de condições ecológicas existentes favorece obviamente a biodiversidade razão porque numa zona de manifesta expressão mediterrânica, a presença de carvalhais e castinçais, que confere à paisagem um carácter mais setentrional, constitui característica peculiar da região. Como é óbvio a diversidade de coberto reflete-se também na diversidade faunística, nomeadamente da fauna cinegética.

O elevado interesse ecológico e paisagístico da Serra de S. Mamede é acentuado ainda pelo facto de quase toda a unidade exterior ao próprio Parque Natural estar incluída no Sítio de S. Mamede da Lista Nacional de Sítios.

Uma vez que estas características se apresentam com diferentes potenciais, as funções desta sub-região encontram-se hierarquizadas da seguinte forma:

- ↘ **1ª função: Conservação dos habitats de espécies da fauna e da flora** (contribuição dos espaços florestais para a manutenção das diversidades biológica e genética e de geomonumentos).
- ↘ **2ª função: Produção** (contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas).
- ↘ **3ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem** (contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos).

Quanto à sub-região homogénea Serra de São Mamede (Quadro 2.) são apontados como pontos fortes o potencial para atividades de recreio e lazer, fortes valores paisagísticos, elevado potencial para a produção de material lenhoso e não lenhosos, entre outros. Relativamente aos pontos fracos são apontados os riscos de erosão de incêndio, bem como a ocorrência de manchas florestais contínuas em especial de eucaliptos e resinosas.

Quadro 2. Pontos Fortes e Fracos, Sub-região Homogénea Serra de São Mamede

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Potenciais de recreio e lazer elevados – caminhadas organizadas.	Risco de erosão médio e em alguns locais elevado – áreas montanhosas com relevo acentuado, vales profundos e encaixados onde se registam valores de precipitação elevados
Região com elevado interesse paisagístico – paisagem de elevado valor estético como o Parque Natural da Serra de S. Mamede.	Elevada probabilidade de ocorrência de fogos florestais
Elevado potencial produtivo lenhoso e bastante diversificado – carvalho negral, castanheiro, madeiras nobres além do pinheiro bravo e do sobreiro.	Existência de grandes manchas contínuas de resinosas e eucaliptos
Região com potencial para produção de produtos não lenhosos , nomeadamente o mel e a castanha	Subaproveitamento do potencial cinegético – subexploração das potencialidades cinegéticas da região
Existência de habitats florestais do Sítio de S.Mamede – vegetação ripícola herbácea e arbórea de elevado valor, Carvalhais de <i>Quercus pyrenaica</i> entre outros	Pequena dimensão de propriedade florestal
	Baixa adesão ao associativismo florestal

Fonte: PROF Alto Alentejo (2007)



3.2. ESPAÇOS FLORESTAIS PRIORITÁRIOS

O PROF AA (no caderno 6 – Proposta do Plano) propõe e identifica freguesias com espaços florestais prioritários para instalação de Zonas de Intervenção Florestal – ZIF, tendo por base três critérios:

- ↘ Zonas dominadas por pequenas propriedades florestais (com área inferior à área mínima que obriga à elaboração do Plano de Gestão Florestal - PGF);
- ↘ Zonas com uma superfície significativa de área ardida recente;
- ↘ Zonas de floresta madura que interessa estruturar com vista à defesa contra incêndios e/ou conservação.

Com base nos três critérios descritos foram identificados locais prioritários para a criação de ZIF em Marvão, sendo eles nas freguesias de St^a. Maria de Marvão, Beirã, St^o Antonio das Areias e São Salvador da Aramenha.



4. OS RECURSOS FLORESTAIS

4.1. ESPAÇOS FLORESTAIS

A superfície florestal no Alto Alentejo representa atualmente 37% da superfície florestal do Continente e cerca de 40% da superfície total da região.

Conforme se pode observar no quadro e figura seguintes, os espaços florestais na região do Alto Alentejo têm um peso superior a 48% da área total da região do Alto Alentejo (NUT III).

Quadro 3.Ocupação do Solo (% em relação à área total da Nut III e Concelho de Marvão)

Ocupação	% no Alto Alentejo	% Marvão
Florestal	48,5	58
Agrícola	29,5	9
Improdutivos	0,9	10
Incultos	19,5	19
Social	0,6	3
Águas Interiores	0,9	0,3

Fonte: PROF Alto Alentejo – Bases de Ordenamento e PMDFCI

Em termos de ocupação de solo, verifica-se que a maior parte da área do Concelho é florestal (58%), sendo também muito representativas as áreas de incultos e improdutivos que representam, 19% e 10% respetivamente, as áreas agrícolas representam (9%). Com menos expressividade referem-se as zonas sociais e as águas interiores, com 3% e 0,3%, respetivamente.

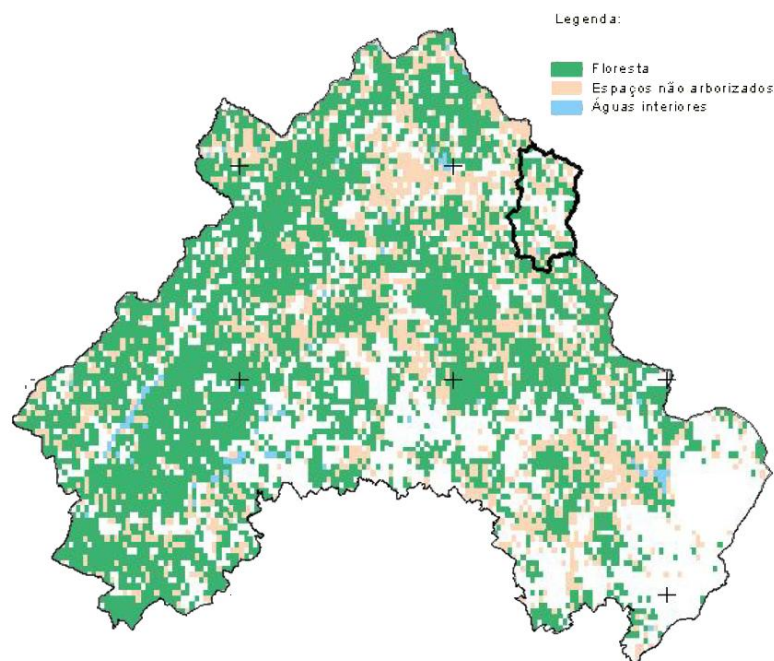


Figura 4. Localização dos Espaços Florestais.

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento

No que se refere ao município de Marvão, pode fazer-se uma análise através da Figura 4, a qual reflete, a primazia da presença dos espaços florestais arborizados face às outras ocupações de solo. Verifica-se também a existência de águas interiores importantes (Albufeira da Apartadura).

Os espaços florestais na região do Alto Alentejo, assim como no caso concreto do município de Marvão, correspondem a uma área bastante considerável, pelo que não podem ser um aspeto a menosprezar, pois representam um importante setor da economia da região com um peso determinadamente estratégico.

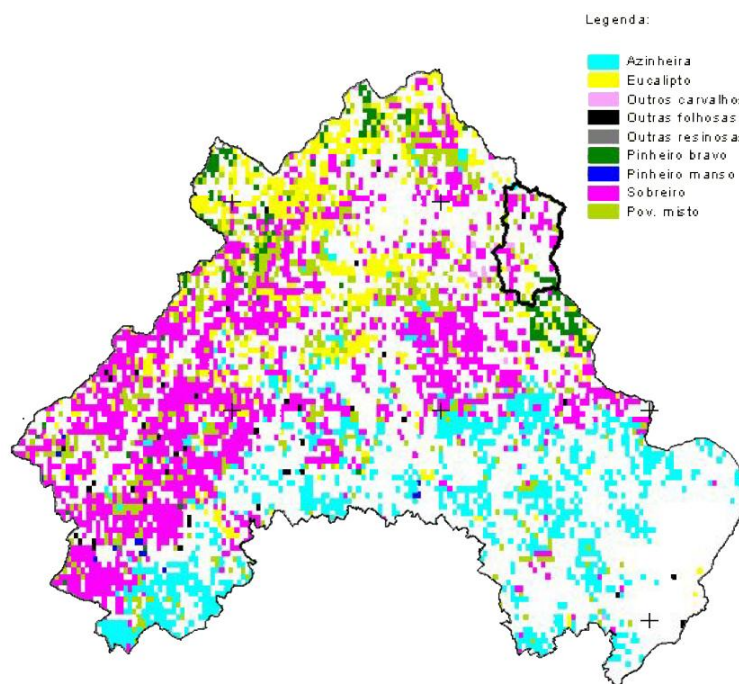


Figura 5. Ocupação Florestal.

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento

Quando analisada a evolução da área dos espaços florestais no Alto Alentejo, verifica-se que se registou um acréscimo entre o ano de 1984 e 1995. Relativamente à área ocupada por incultos, verificou-se um aumento na ordem dos 15,9%.

Quadro 4. Evolução da área dos espaços florestais na área total da NUT III

Espaços Florestais	Alto Alentejo		
	IFN1 (1978)	IFN2 (1984)	IFN3 (1995)
Arborizados	43,4	43,4	48,5
Incultos	4,6	3,6	29,5
Total	48,0	47,0	78,0

Fonte: PROF Alto Alentejo – Bases de Ordenamento (Inventários Florestais Nacionais).

Após a análise da evolução das áreas florestais quanto às espécies, consegue-se associar o aumento da área florestal ao Eucalipto de 0,9 para 7,2 %. Quanto às restantes espécies verifica-se a duplicação da área do pinheiro manso e também um aumento significativo do Sobreiro, quanto a redução verifica-se da área da azinheira, carvalho e outras espécies e o desaparecimento do castanheiro.

Quadro 5. Área por espécie (% em relação à área total da NUT III)

Espécie	Alto Alentejo		
	IFN1 (1978)	IFN2 (1984)	IFN3 (1995)
Pinheiro bravo	2,0	2,0	2,8
Pinheiro manso	0,2	0,2	0,4
Eucalipto	0,9	0,9	7,2
Sobreiro	19,0	18,6	24,2
Azinheira	19,1	19,0	12,8
Castanheiro	0,2	0,2	0,0
Carvalho	1,7	1,1	0,3
Outras espécies	0,3	1,5	0,8

Fonte: PROF Alto Alentejo – Bases de Ordenamento (Inventários Florestais Nacionais).

De acordo com PMDFCI (2015), o concelho de Marvão apresenta características marcadamente florestais, com mais de metade de área ocupada por povoamentos florestais e quase $\frac{3}{4}$ da área ocupada por espaço florestal (incluindo adicionalmente os incultos).

Quadro 6. Ocupação do Solo

Solo	Freguesias (ha)				Total
	Beirã	St. ^a Maria de Marvão	St. ^o António das Areias	S. Salvador da Aramenha	
Áreas Sociais	61	76	107	251	495
Agricultura	358	102	124	802	1387
Floresta	2826	1480	1684	3040	9030
Floresta Improdutivo	220	95	1162	27	1504
Inculto	1013	576	523	878	2990
Superfícies Aquáticas	1	0	1	51	53
Total	4479	2329	3601	5049	15459

Fonte: PMDFCI 2015

Pela informação do quadro anterior, é notória a preponderância significativa das zonas de incultos existentes no Concelho, nas quais se incluem as zonas de matos, formadas em grande parte por giestas. Estas áreas, apareceram em virtude do despovoamento das áreas rurais e do abandono e não gestão das áreas de pastoreio, agrícolas e florestais, situação que não só aumenta a acumulação de biomassa e conseqüente acréscimo do risco de incêndio. A nível das freguesias verifica-se que S. Salvador da Aramenha e Beirã são aquelas que apresentam maior área florestal, juntas perfazem cerca de 65% da floresta do concelho. A agricultura tem uma presença espacial reduzida, se quantificada desta forma, mas se consideramos os sistemas agroflorestais de montado (aqui quantificados como povoamento florestal) a sua presença territorial será maior.

A floresta, e os sistemas associados representam uma riqueza inestimável constituindo uma importante fonte de receita para o tecido económico local.

Quanto à ocupação florestal, pela análise da figura seguinte, que os principais povoamentos florestais no concelho são, inequivocamente, o sobreiro, os mistos de folhosas, o pinheiro bravo e os Carvalhos.

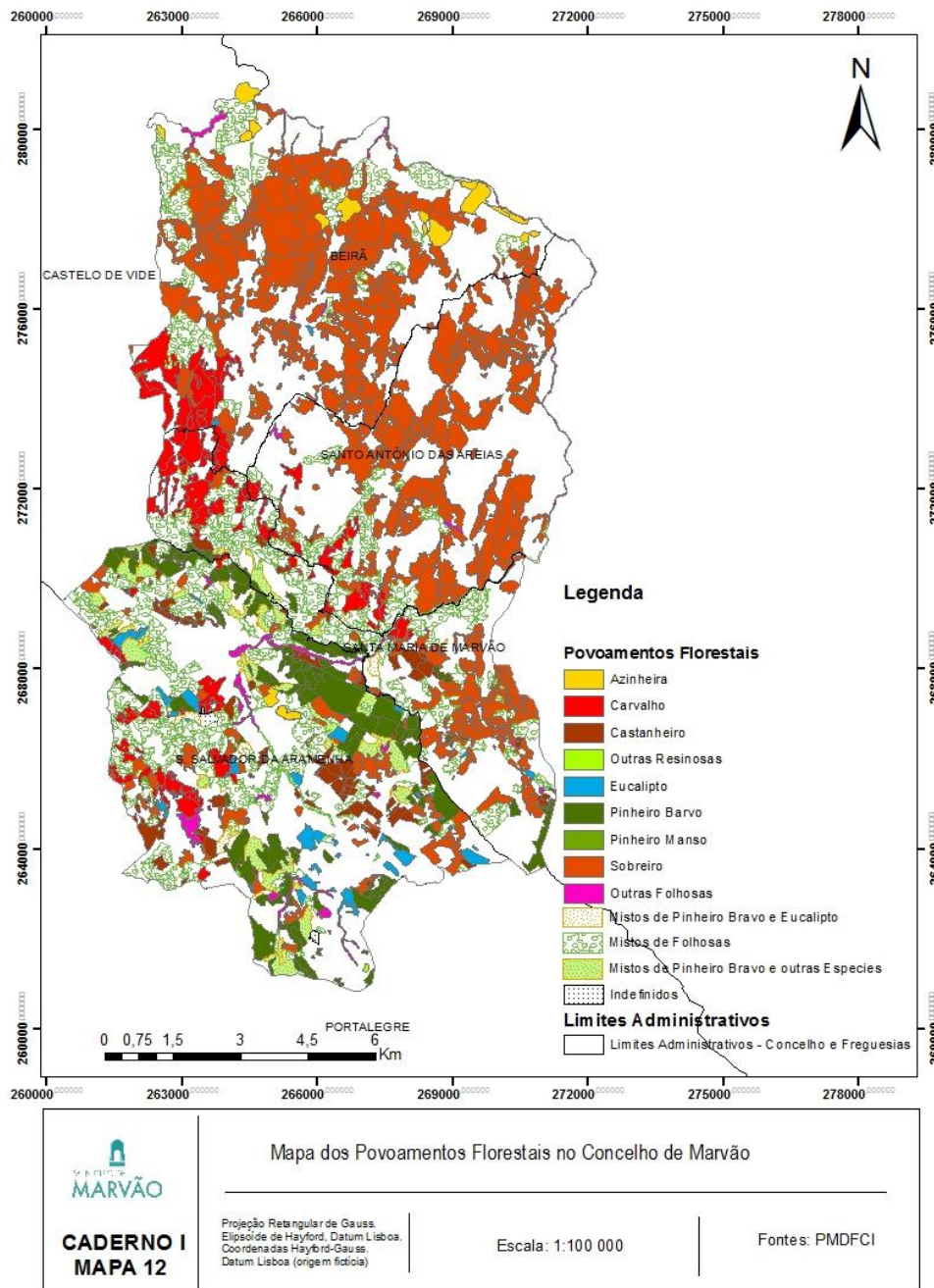


Figura 6. Mapa de Povoamentos Florestais de Marvão.

Fonte: PMDFCI 2015

Quadro 7. Área de ocupação de Povoamentos Florestais

Povoamento	Freguesias (ha)				Total
	Beirã	St. ^a Maria de Marvão	St. ^o António das Areias	S. Salvador da Aramenha	
Azinheira	133			21	154
Carvalho	248	225	115	196	784
Castanheiro		69	2	254	325
Eucalipto	5	5		148	158
Indefinidos				14	14
Mistos de Folhosas	545	631	256	889	2321
Mistos de Pinheiro Bravo e Eucalipto		9	1	36	46
Mistos de Pinheiro Bravo e outras		29		306	335
Outras Folhosas	37	5	24	91	157
Outras Resinosas				2	2
Pinheiro Bravo	2	75		769	846
Pinheiro Manso				2	2
Sobreiro	1856	432	1286	312	3886
Total	2826	1480	1684	3040	9030

Fonte: PMDFCI 2015

As quercíneas predominam no panorama florestal do concelho, sendo o sobreiro a principal espécie florestal seguido do carvalho e em seguida da azinheira. Embora bem implantadas em todo o concelho a maior representatividade destas espécies verifica-se na parte central e norte do concelho. As resinosas são pouco abundantes no concelho e dentro destas apenas o pinheiro bravo regista uma representatividade destacável, concentrando-se na parte sul do concelho. A presença significativa do castanheiro constitui uma característica assinalável da floresta de Marvão sobretudo atendendo à latitude do concelho. Ocorre essencialmente na parte central e sul. É de assinalar a escassa presença de eucalipto no concelho, que apenas ocorre com alguma importância na parte sul.



4.2. PRODUTIVIDADE POTENCIAL

As variáveis relacionadas com a temperatura, precipitação, altimetria e litologia, condicionam o potencial para a ocorrência e desenvolvimento das várias espécies florestais.

4.2.1. Regiões biogeográficas

Segundo Costa et al. (1999) a biogeografia tem como objetivo o estabelecimento de um modelo tipológico hierárquico do território (sistemas de ecorregiões), com expressão espacial. Segundo os mesmos autores uma parte significativa das tipologias biogeográficas baseia-se na análise atual e/ou passada de táxones vegetais nativos, normalmente de plantas superiores e da distribuição espacial das respetivas comunidades.

O Alentejo pertence à Região Mediterrânica e Superprovíncia Mediterrânico-Iberoatlântica (Costa et al., 1999), isto é, a região apresenta clima seco durante os meses de verão, em pelo menos 2 meses. Nesta região aparecem bosques e matagais de árvores e arbustos de folha plana, pequena, coriácea e persistente como são exemplo os *Quercus* spp, como o carrasco, azinheira, sobreiro, zambujeiro, aroeira, folhado, alfarrobeira, espinheiro-preto, sanguinho-das-sebes, palmeira-das-vassouras, loureiro, aderno e lentisco bastardo. Na Superprovíncia Mediterrânico-Iberoatlântica Dominam os solos de substrato silicioso, sedimentos calcários, dolomíticos e arenitos do Mesozoico, albergando uma flora antiga e endémica. Apresenta uma grande variabilidade bioclimática, possui uma vegetação individualizada e particular Exemplos disso são os bosques esclerófitos, as orlas florestais, a vegetação ripícola de salgueirais de porte arbustivo e os amiais não pantanosos bem como as zonas relvadas vivazes em solos profundos dominados por gramíneas.

Desta Superprovíncia destacam-se as formações florísticas do Subsetor Oretano e do Superdistrito Cacerense, onde se insere Marvão:

Subsetor Oretano:

Este setor é representado pela Serra de São Mamede correspondendo a uma unidade biogeográfica num andar mesomediterrânico húmido a sub-húmido. Dominam os solos derivados de xisto e quartzo de origem granítica. Dada a sua localização em altitude (acima dos 100m) e a ausência de barreiras, esta região está sob influência atlântica. Assim, abundam os carvalhais, as orlas herbáceas escio-humícolas vivazes, os gestias e o tojal. Nas áreas menos continentalizadas aparecem os sobreirais e as consequentes etapas de substituição.

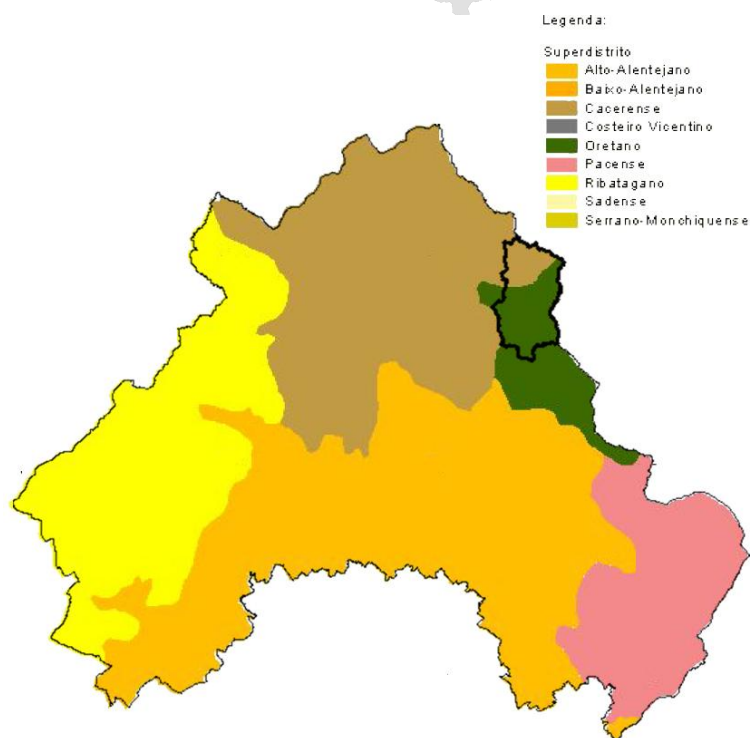


Figura 7. Regiões Biogeográficas

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento (2007)

Superdistrito Cacerense:

Situa-se no andar mesomediterrânico seco a sub-húmido inferior com vegetação climatófila da série do azinhal. O rosmaninhal aparece nas áreas correspondentes a solos de rocha granítica. As comunidades edafoxerófila reliquial são características deste território.

Da análise do quadro 9 e figura 9 verifica-se que a formação dominante é o azinhal/sobreiral com cerca de 61% da área total do NUT III. Em Marvão a formação dominante é o Carvalho negral embora que o sobreiral/azinhal, também tem alguma representatividade nomeadamente a Norte.

Quadro 8. Formação dominante por NUT (% em relação à área total da Nut III)

Formação dominante	Área (%)
Azinhal / sobreiral	61,5
Carvalho negral	4,8
Azinhal	11,9
Sobreiral	21,8

Fonte: PROF Alto Alentejo – Bases de Ordenamento

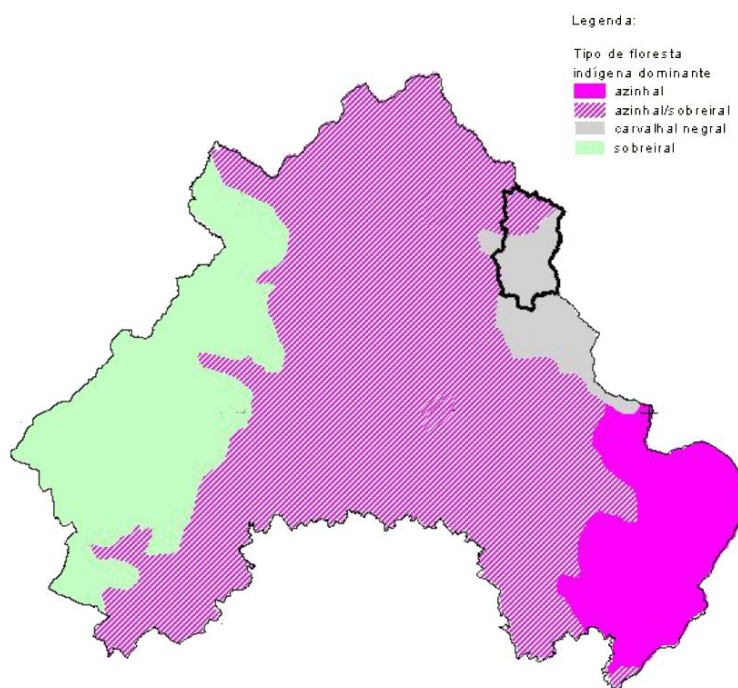


Figura 8. Formações Dominantes

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento (2007)

Para melhor perceber como foi feita esta delimitação e para conhecer o melhor o território do PROF AA, explica-se em seguida o raciocínio aplicado.

Cada unidade de paisagem foi analisada no constante à sua homogeneidade em relação aos quatro níveis seguintes:

- ↘ Zonas ecológicas de Albuquerque (1954);
- ↘ Altimetria e forma de relevo;
- ↘ Litologia;
- ↘ Características diagnóstico.

Em cada nível a avaliação foi efetuada com base na percentagem da área representada em cada unidade de paisagem.

No primeiro nível, foram consideradas as zonas ecológicas reclassificadas em quatro grupos de acordo com as influências mais marcantes; Atlântica, Mediterrânea e Ibérica:

1. Atlântica (Atl);
2. Ibero Mediterrânea (IbMed);
3. Sub Mediterrânea (SMed);
4. Sub Mediterrânea – Ibero Mediterrânea (SxIbMed).



No segundo nível, considerou-se a altitude e forma de relevo:

1. Serras (S);
2. Vales de rios (Vr);
3. Costa vicentina (Cv);
4. Planícies roladas (Pr).

No terceiro nível, a litologia interpretada de acordo com o material originário mais influente na formação do solo:

1. Xistos e grauvaques (Xgr);
2. Cascalheiras (C);
3. Areias (Ar);
4. Granitos e rochas afins (Gra);
5. Arenitos e argilitos (Aa);
6. Aluviões (Al);
7. Xistos e gneisses (Xgn);
8. Calcários (Ca);
9. Pórfiros e quartzitos (Pq);
10. Quartzodioritos (Qd);
11. Xistos (X).

No quarto nível, os solos interpretados de acordo com as suas características de diagnóstico (Ferreira et. al., 2001):

1. Sem limitações (Sl) – sem condicionantes à produção florestal;
2. Textura arenosa (Ta) – solos com baixa capacidade de armazenamento de água;
3. Drenagem interna (Di) – solos com presença de toalhas freáticas superficiais;
4. Drenagem externa (De) – solos com acumulação potencial de água à superfície;
5. Profundidade expansível (Pe) – solos com limitação de espessura efetiva que pode ser ultrapassada por meios mecânicos;
6. Descontinuidade textural (Dt) – solos com horizonte B argílico;
7. Calcário ativo (Cac) – solos com calcário ativo;
8. Afloramento rochoso (Argx);
9. Área social (Asoc);
10. Características vérticas (Cver) – barros;
11. Espessura efetiva (Ee) – material originário não desagregável por meios mecânicos;

A aplicação desta metodologia é resumida no quadro, apresentando-se na litologia e características diagnóstico da formação ou formações mais representativas, para uma área igual ou superior a 70%, por ordem decrescente.

Quadro 9. Características das sub-regiões homogéneas

Zona homogénea	Zona Ecológica	Relevo	Litologia	Características diagnóstico
Charneca do Tejo e Sado	SMed	Planícies roladas	Aa / Ar / C	SI/Di
Maciço Calcário Estremoz - Elvas	SMed	Planícies roladas	Ca / Xgr	Pe/Dt
Montados do Alentejo Central	SxIbMed	Planícies roladas	Xgr / Qd / Gra	Dt/SI/Di
Peneplanície do Alto Alentejo	SxIbMed	Planícies roladas	Gra / Xgr / Xgn	Dt/Pe/SI
Pinhal Interior	SMed	Planícies roladas	Xgr / Aa	Pe/SI/Cver
Serra de S. Mamede	SMed	Serras	Gra / Xgr	SI/Argx/Ee
Tejo Superior Encaixado	SMed	Vales de rios	Xgr / Gra	Pe/SI
Terras de Alandroal – Terena - Mourão	IbMed	Planícies roladas	Xgr / X	Pe/Dt
Terras de Nisa	SMed	Planícies roladas	Xgr	Pe/Argx
Vale do Sorraia	SMed	Vales de rios	C / Aa	SI/De/Di
Várzeas do Caia e Juromenha	IbMed	Planícies roladas	C	Di/Cac/Dt

Fonte: PROF Alto Alentejo – Bases de Ordenamento (siglas descritas no texto das páginas anteriores)

4.2.2. Potencialidade Produtiva

Segundo o PROF produtividade potencial define-se como a aptidão potencial de uma espécie conjugada com a expectativa de produção.

A caracterização da aptidão potencial foi efetuada com base nas Cartas de Aptidão de Ferreira et al. (2001), tendo em conta as características edafo-climáticas e ecológico-culturais de cada espécie.

A potencialidade produtiva é calculada tendo por base um valor de referência (classe 2) para cada espécie, que resultou do cruzamento de informação recolhida na bibliografia, sobre as condições de adaptação e crescimento em função das condicionantes de solo e a sua presença como espécie indicadora, em cada zona ecológica (Ferreira et al., 2001). Assim, a potencialidade produtiva pode se situar na classe de referência ou ser inferior (classe 1) ou superior (classe 3) a este valor base.

Assim, com base nas figuras 8 e 9, destacam-se, na área do PROF AA, a azinheira, o eucalipto, pinheiro bravo e manso e o sobreiro como espécies com maior potencialidade produtiva.

No município de Marvão, verifica-se que eucalipto, pinheiro bravo, pinheiro manso e sobreiro apresentam maior potencialidade produtiva, enquanto o castanheiro tem menor potencial. No concelho também se concentram a maior parte das áreas não florestais.

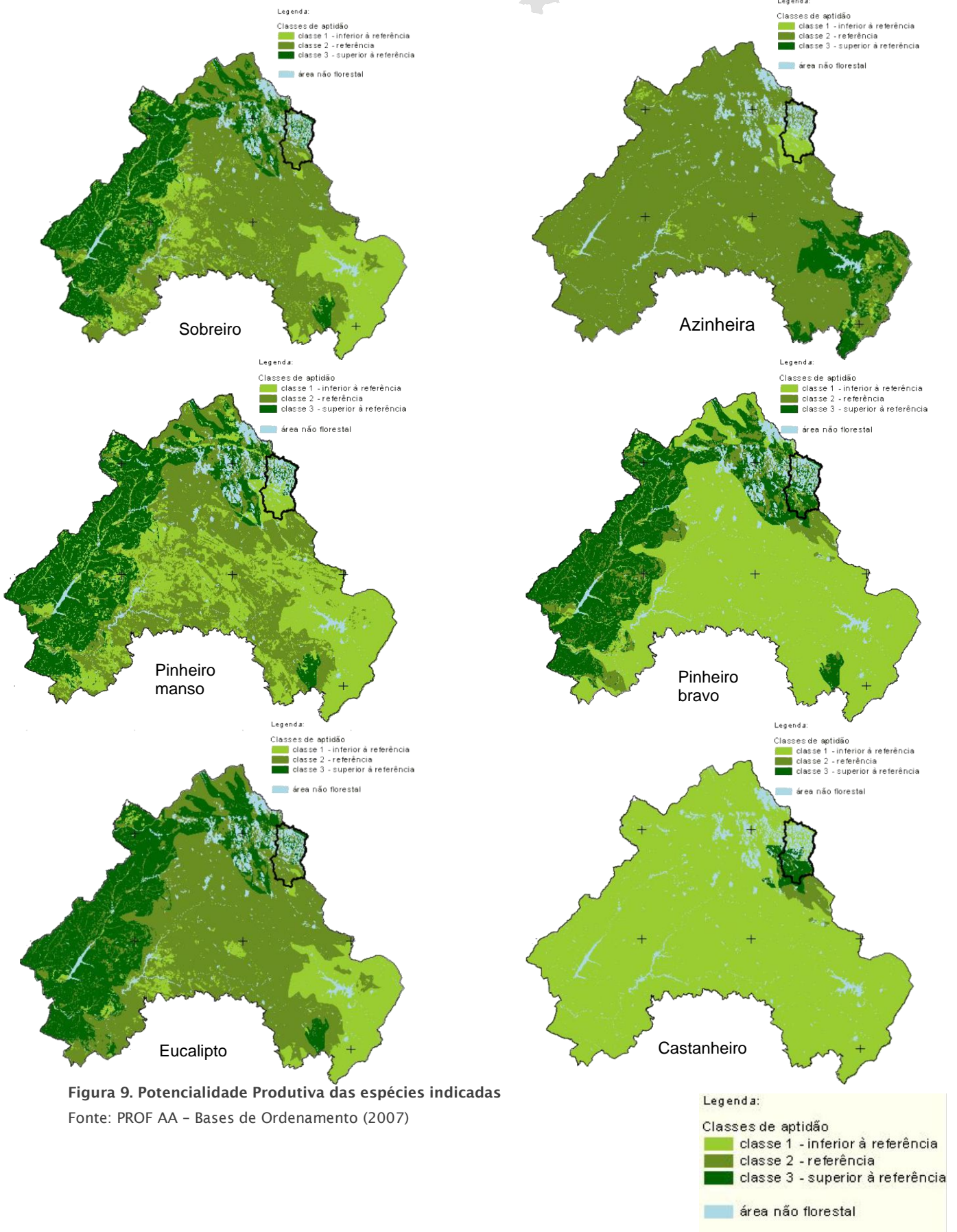


Figura 9. Potencialidade Produtiva das espécies indicadas

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento (2007)

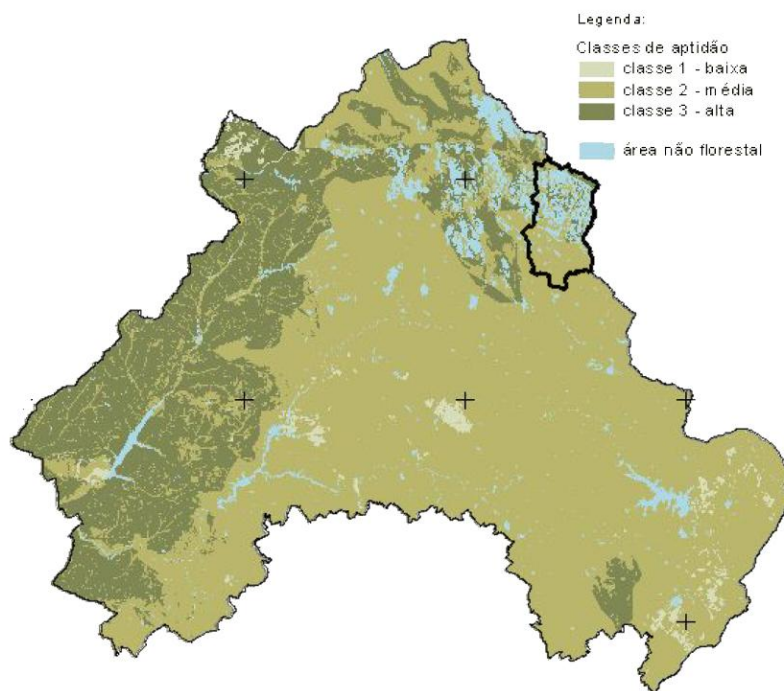


Figura 10. Potencialidade Produtiva para cinco espécies (azinheira, eucalipto, pinheiro bravo, pinheiro manso e sobreiro)

Fonte: PROF AA - Bases de Ordenamento (2007)



4.3. RECURSOS E PRODUTOS FLORESTAIS

Os recursos florestais, os quais englobam os recursos cinegéticos, aquícolas, silvopastoris, de recreio e paisagem e de biomassa, revelam uma importância relevante ao nível socioeconómico e turístico de determinada região

4.3.1. Caça

“ Os recursos cinegéticos são o suporte da atividade da caça, importante fator de desenvolvimento rural numa região dadas as sinergias que geram nas economias locais” (Machado & Amaral, 2000).

Apresenta-se o quadro seguinte com as Entidades titulares das zonas de caça situadas / abrangidas no território concelhio de Marvão, bem como, a tipologia da zona de caça.

Quadro 10. Zonas de Caça

Nº Zona de Caça	Designação ZC	Concelho / Total (ha)	Entidade	Departamento Conservação da Natureza e Florestas	Tipo de Zona
9	ZCA H Pereiro e outras	165/355	Ass. Caçadores de Santo António das Areias	Alentejo	Associativa
1847	ZCA Monte Carvalho	278/906	Ass. Caçadores do Monte Carvalho	Alentejo	Associativa
1873	ZCA Porto Espada	699/1081	Ass. Caçadores e Pescadores de Porto de Espada	Alentejo	Associativa
2198	ZCA Pombais	1022/1022	Ass. Caçadores do Pombais Espada	Alentejo	Associativa
2437	ZCA Monte da Meada e outros	430/1561	Ass. Caçadores de Santo António das Areias	Alentejo	Associativa
2484	ZCT H do Pereiro	553/847	Sequeiras Agropecuária, SA	Alentejo	Turística
4012	ZCM S. Salvador da Aramenha	2395/2395	Ass. Caça e Pesca de S. Salvador da Aramenha	Alentejo	Municipal
4469	ZCA Queijeira	294/294	Ass. Caçadores dos Currais de Ferro	Alentejo	Associativa
4470	ZCA Currais de Ferro	310/352	Ass. Caçadores dos Currais de Ferro	Alentejo	Associativa
4805	ZCA Fonte da Viola	2978/2978	Ass. Caçadores da Fonte da Viola	Alentejo	Associativa
4895	ZCA Valongo	49/2215	Ass. Caçadores do Galhardo	Alentejo	Associativa
6227	ZCT Serra Fria	236/236	Mancha Maior	Alentejo	Turística
5345	ZCM S. Salvador da Aramenha	2708/2708	Ass. Caça e Pesca de S. Salvador da Aramenha	Alentejo	Municipal

Fonte: ICNF, 2015

O concelho de Marvão é abrangido por treze zonas de caça; duas municipais, duas turísticas e nove associativas. No norte do concelho concentram-se as zonas de caça associativa enquanto que no sul predominam as zonas municipais.

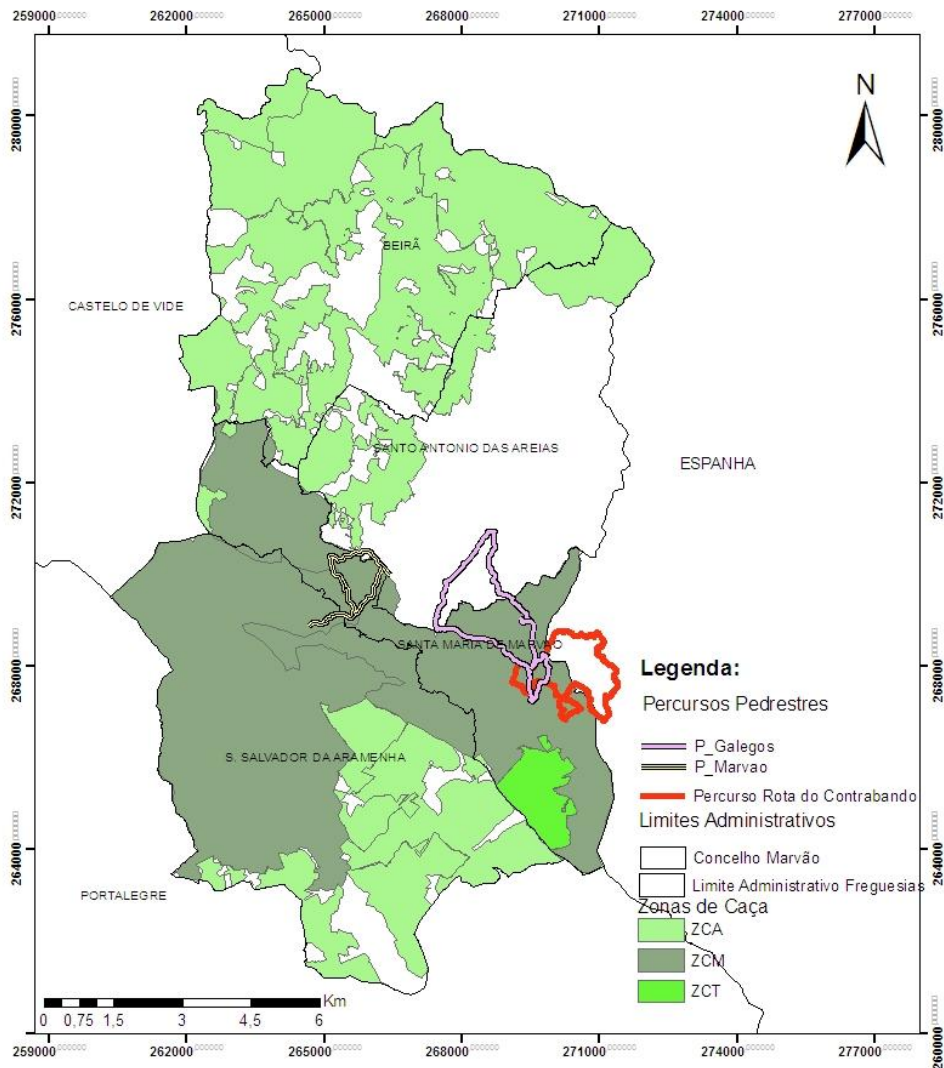


Figura 11. Equipamentos Florestais de Recreio, Zonas de Caça e Pesca

Fonte: PMDFCI 2015



A região Alto Alentejo possui uma considerável área abrangida por zonas de caça. A caça menor e as migratórias são as mais significativas nesta região, tendo significado junto dos caçadores do concelho. No entanto, a caça maior tem maior procura por parte dos caçadores de fora do concelho, principalmente nas Zonas de Caça Turísticas.

De entre as espécies cinegéticas consideram-se, mercê do seu interesse venatório e expressão económica que a sua exploração tem no setor, a perdiz-vermelha, o coelho-bravo, a lebre, os pombos, a galinhola, os tordos, os patos, a rola, o gamo, o javali e o veado. Estas três últimas, pelo seu interesse e procura ao nível das zonas de caça, apresentam maior relevância económica no setor caça do concelho de Marvão.

Os montados de azinho assim como o montado de outras quercineas existentes no concelho, sujeitos a uma exploração agrossilvo-pastoril equilibrada constituem, comparativamente com outros sistemas de uso múltiplo, o meio mais favorável para a perdiz-vermelha, podendo aí a espécie ocorrer em densidades que permitem boas produções.

O coelho bravo apresenta um certo ecletismo em ambiente mediterrâneo, podendo ocorrer em boas densidades tanto em formações dominadas por azinho como por sobro. Sendo uma espécie com uma dieta quase exclusivamente vegetal, parece beneficiar de uma exploração silvopastoril equilibrada, propiciadora de pastos abundantes sem que fique comprometido o necessário coberto de refúgio.

A lebre, habitando originalmente estepes e paisagens abertas, povoa igualmente bosques e serras. A nossa floresta autóctone transformada pode constituir um meio com razoável aptidão para a lebre, verificando-se densidades acima da média tanto em montados de azinho como de sobro.

O javali exhibe uma baixa especificidade ao habitat. Tanto pode ser caçado em elevados quantitativos em florestas autóctones transformadas como em formações florestais dominadas por exóticas. De facto, a existência de coberto de refúgio em abundância e de água livre nas imediações próximas permite, procedendo-se presumivelmente a uma suplementação alimentar continuada, alcançar densidades semelhantes às obtidas em meios florestais sujeitos a um aproveitamento silvopastoril extensivo.

Os pombos são espécies muito associadas a ambientes florestais, com especial destaque para o pombo-torcaz. Nos montados encontram coberto de refúgio e biótopos de alimentação. Existindo populações nidificantes, provavelmente residentes, o efetivo sujeito a aproveitamento cinegético é muito aumentado após o fluxo migratório. O montado de sobro, assim como o montado de outras quercineas existentes no concelho, designadamente quando o estrato arbustivo tem boa expressão, constitui o meio com mais forte aptidão para os pombos.



4.3.2. Pesca em Águas Interiores

“A fauna piscícola dulçaquícola do sul de Portugal apresenta um elevado interesse em termos evolutivos e ecológicos. Muitas espécies são endemismos ibéricos, aumentando o seu número de norte para sul, com expressão máxima no rio Guadiana (Almaça, 1978; Collares-Pereira, 1985 cit in Ferreira et al., 2001).”

“As bacias hidrográficas do Alentejo, à exceção da do Tejo, localizam-se em regiões onde os efeitos da irregularidade interestacional da pluviometria têm conduzido a uma crescente intervenção nos cursos de água, nomeadamente com a construção de albufeiras para rega e abastecimento público. Como resultado, os ecossistemas aquáticos têm sofrido alterações que comprometem a sua fauna piscícola, particularmente pela perda de continuidade longitudinal fluvial e destruição dos habitats naturais. Estes sistemas têm sido pouco estudados, em particular no que diz respeito à componente ecológica, que caracteriza as relações bióticas e abióticas essenciais para a definição de estratégias de gestão dos recursos aquícolas” (Ferreira et al., 2001).

“A gestão e ordenamento dos recursos piscícolas das bacias hidrográficas têm sido enfocados sobretudo ao nível das albufeiras, havendo uma lacuna no que respeita à produtividade e exploração dos cursos de água. A gestão racional da pesca e conservação das espécies passa pela inventariação e estudo das populações piscícolas, permitindo a identificação e conhecimento dos fatores do meio que condicionam o próprio recurso (Ferreira et al., 2001).”

“Os recursos aquícolas constituem, na sua larga maioria, um bem público gerido pelo Estado, estando a sua utilização sujeita a licença e regulamentação. Destes recursos fazem parte um conjunto de espécies piscícolas muito procuradas pelos pescadores. A pesca em águas interiores é uma atividade que conta com mais de 250 mil participantes, divididos em duas categorias, a desportiva e a profissional, não tendo ainda sido avaliada a sua contribuição económica. No sentido de avaliar o rendimento em indivíduos e o respetivo esforço de captura, tem-se recorrido aos censos dos concursos de pesca, que têm principalmente lugar em albufeiras. Estes dados têm alguma dificuldade de interpretação dada a seletividade dos métodos de pesca utilizados e a dificuldade de padronizar as capturas, devendo ser objeto de calibração e validação (Ferreira et al., 2001).”

O concelho de Marvão insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo sendo também abrangido por uma pequena parte da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana. Os cursos de água de Marvão encontram-se classificados como piscícolas. A prática da atividade piscatória encontra-se regulada através da Concessão de Pesca na Albufeira da Apartadura. Na albufeira podemos encontrar espécies como a Truta, a Carpa, o Barbo, a Boga, Perca, o Bordalo, etc. Contudo a pesca em águas interiores tem um peso económico bastante mais reduzido que as outras atividades, estando dependente da produtividade dos espelhos de água, a qual está relacionada com a gestão do meio aquático e das áreas envolventes.

4.3.3. Arvoredo e Povoamentos Florestais de Valor Especial

Como referido anteriormente neste documento, o concelho de Marvão insere-se na sua totalidade em área de Rede Natura 2000, nomeadamente no Sítio de São Mamede, assim como na área do Parque Natural de São Mamede levando a que o seu território seja considerado, a nível de arvoredo e povoamentos florestais de valor especial, como importante.

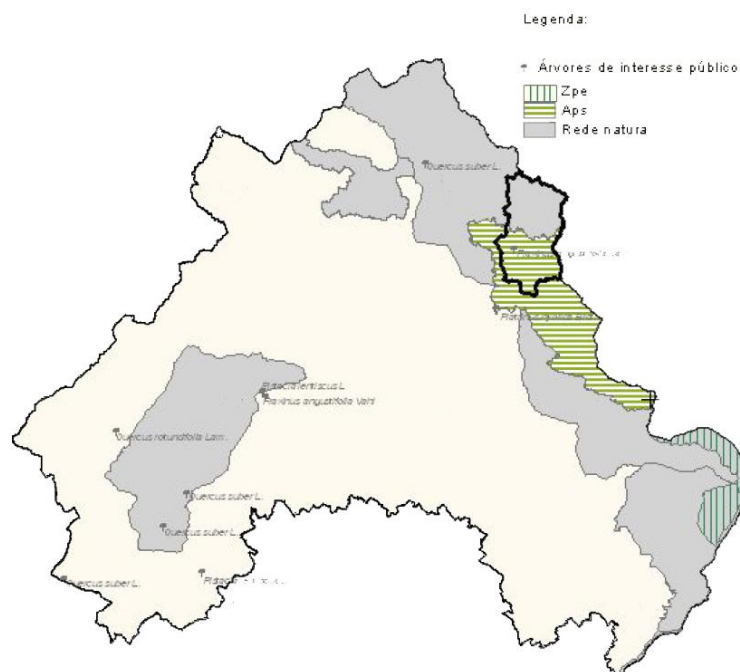


Figura 12. Arvoredo e Povoamentos Florestais de Valor Especial

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento

O arvoredo pode constituir uma interessante moldura de monumentos arquitetónicos, valorizando as paisagens. Por este motivo, devem proteger-se todos os arranjos florestais e de jardins de interesse artístico ou histórico, tal como os exemplares isolados de espécies vegetais que pelo seu porte ou raridade façam recomendar a sua conservação. No concelho de Marvão existe uma árvore classificada, conforme informação no quadro seguinte.

Quadro 11. Árvores de Interesse Público

Nº Processo	Freguesia / Lugar	Nome Científico	Nome Vulgar	Descrição	Idade
KNJ3/025	S. Salvador da Aramenha (Portagem9)	Fraxinus angustifolia Vahl	Freixo	Alameda	-

Fonte: PMDFCI 2015



4.3.4. A floresta e Cortiça

A madeira e a resina constituem os produtos florestais mais rentáveis, que têm como destino varias atividades, como para a produção de pasta de papel, para toros para serração e para a indústria da trituração. As madeiras de mais pequena dimensão têm destinos como a trituração para a produção de aglomerados de fibras ou de partículas, a produção de energia ou a celulose. Ainda a madeira de carvalho de grande qualidade é indicada para trabalhos de mercearia e de carpintaria. A madeira de acácia também começa a ser aproveitada, o que traz várias vantagens a nível ecológico, já que trata-se de uma espécie invasora.

A resina, por seu lado, registou uma redução enorme da sua rendibilidade, já que se registou o encerramento de algumas unidades de extração e comercialização. Deve-se essencialmente a um elevado custo de mão-de-obra, a falta de mão-de-obra especializada e a importação de resina mais barata, proveniente da China e do Brasil.

Porém nesta matéria, os espaços arborizados do concelho são mais utilizados para a alimentação animal em especial aqueles com características de montado onde existe um predomínio do sobreiro que para além da cortiça fornece a bolota para os animais.

A produção e transformação da cortiça e o uso do montado para outros fins económicos, com destaque para a criação de Porco Preto de Raça Alentejana, poderão constituir, suportes significativos para o desenvolvimento económico do concelho, afigura-se como indispensável promover uma reflexão organizada em torno destes recursos e potencialidades, definindo estratégias de atuação e de investimento que contribuam para sustentar a relevância económica regional destas atividades, a longo prazo.

4.3.5. Frutos, Cogumelos e Ervas Aromáticas

Para além dos produtos lenhosos, a floresta tem a capacidade de produzir vários produtos não-lenhosos que representam uma boa fonte de rendimento, como o mel, os cogumelos e as ervas aromáticas. Contudo estas produções encontram-se em declínio e ocupam apenas manchas situadas em algumas freguesias, existe ainda alguma falta de informação nomeadamente deste sistema.



4.3.6. Silvopastorícia

Ainda como recurso importante surge a silvopastorícia com a qual se associa a floresta com as pastagens, contribuindo com rendimentos complementares ou alternativos provenientes da produção de carne e outros derivados, criando condições para a fixação de população junto a áreas florestais que não possuem uma grande aptidão para a produção de madeira. Ambientalmente esta atividade contribui para o consumo de material combustível por parte dos animais (suínos, bovinos, ovinos e caprinos), o que se traduz numa redução do risco de incêndio.

A pecuária extensiva constitui a atividade do setor agrícola que se encontra mais relacionada com a atividade florestal, através da silvopastorícia, praticada sobretudo nas áreas de montado de sobro e azinho.

Nesta funcionalidade a produção florestal e a pecuária extensiva coincidem temporal e espacialmente, sendo comum o aproveitamento do fruto pelas espécies pecuárias. A hierarquização das produções está ligada à espécie florestal:

- no sobreiro a produção de cortiça sobrepõe-se, frequentemente, à pecuária;
- na azinheira a produção pecuária é o produto principal da exploração;
- no pinheiro manso o fruto é a produção principal.

4.3.7. Recreio e Paisagem

Os espaços florestais são cada vez mais procurados para o recreio e turismo, principalmente pela expressão paisagística que detém, pela fruição das vistas panorâmicas que proporciona, pelos elementos como percursos, parques de merendas, miradouros que potenciam a sua utilização, tornando-a mais apetecível, uma vez que transmitem alguma sensação de conforto e segurança.

Isto é, a floresta tem de ser encarada também como um espaço de recreio e lazer onde se podem desenvolver um conjunto de atividades como a pesca, caça, o pedestrianismo, a BTT, a observação da fauna e flora.

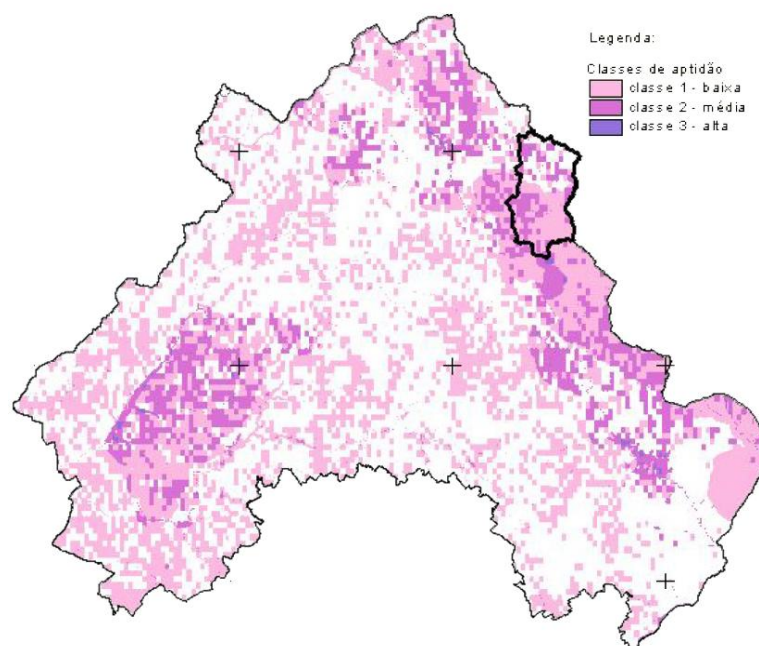


Figura 13. Aptidão para Recreio

Fonte: PROF AA – Bases de Ordenamento

Verifica-se que o Município de Marvão apresenta uma aptidão para recreio, media/alta em grande parte do território.

Os povoamentos onde a primeira funcionalidade é o recreio, deverão ser povoamentos economicamente viáveis quer através das suas produções quer através da valorização das suas externalidades, inserindo-se em ecossistemas nos quais a sustentabilidade depende da manutenção do potencial produtivo da estação e das suas amenidades, que resulta do equilíbrio dinâmico da multiplicidade de nichos que o compõem.

Deve ser tido em conta o enquadramento das infraestruturas com os espaços florestais numa ótica espacial. Por outro lado, os povoamentos devem ser conduzidos de modo a evitar variações bruscas de volumetria e resguardando do impacto visual as estruturas não atrativas.



4.4. PERIGOSIDADE E RISCO DE INCÊNDIO

Os incêndios florestais são fenómenos transversais do ponto de vista do impacto no território, não distinguindo áreas públicas de privadas, limites de propriedade ou de região administrativa. O fator comum às áreas atingidas por um incêndio é a similitude de gestão, ou de ausência da mesma, e consequentemente dos índices de biomassa e de risco de incêndio.

As condições meteorológicas desempenham um papel fundamental na eclosão e no desenvolvimento de um incêndio florestal. No caso de Portugal, onde se verifica a coincidência da época mais seca do ano com a época mais quente, faz com que se agrupem as condições propícias à ignição e propagação dos incêndios, os quais são na grande maioria de origem antrópica intencional ou por negligência. Entre as consequências mais evidentes de um fogo florestal, salientam-se a perda total ou parcial da cobertura vegetal e dos bens que se encontrem na área ardida pelo incêndio. No entanto, devem ser igualmente contabilizadas a erosão provocada no solo, as alterações do ciclo hidrológico e as consequências na biodiversidade.

O risco é muitas vezes entendido como uma expressão direta da probabilidade de ocorrência de um incêndio. No entanto, este não é apenas uma probabilidade, mas sim resulta da relação entre a perigosidade, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor económico, ou seja, quanto se pode perder se arder determinado território.

Relativamente ao risco de incêndio torna-se então necessário perceber onde se encontram os maiores potenciais de perda.

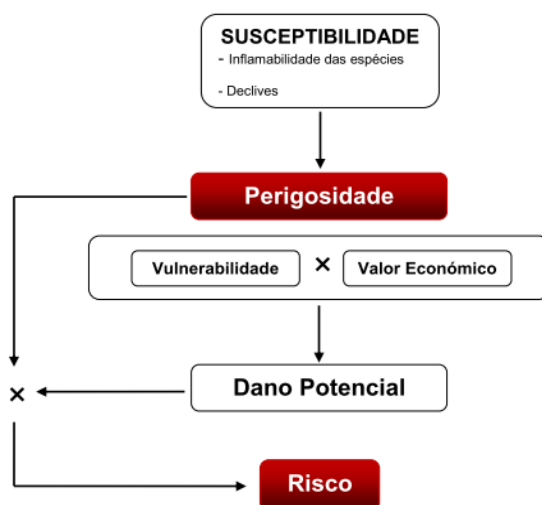


Figura 14. Componentes do Modelo de Risco

O Risco de Incêndio resulta do produto que existe entre a Perigosidade e o Dano Potencial, resultando a Perigosidade no produto entre a Probabilidade e a Suscetibilidade, e o Dano Potencial no produto entre a Vulnerabilidade e o Valor Económico. O risco de incêndio resulta de vários fatores que influenciam a ignição e a propagação dos incêndios florestais: quantidade ou carga de combustível, a humidade e o declive.

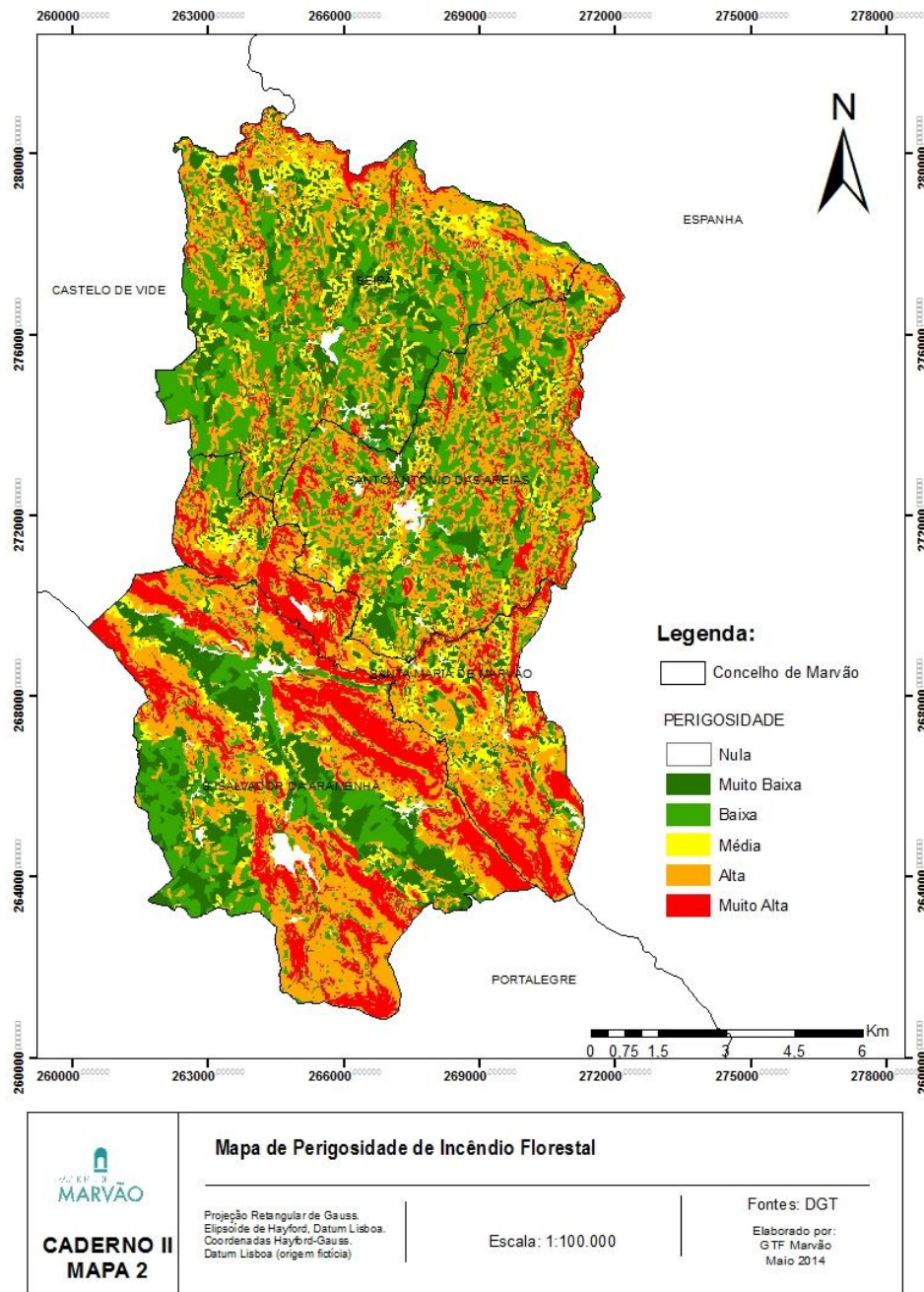


Figura 15. Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal

Fonte: PMDFCI 2015

Da análise da figura anterior, podemos verificar que as zonas mais perigosas estão situadas a sul do concelho.

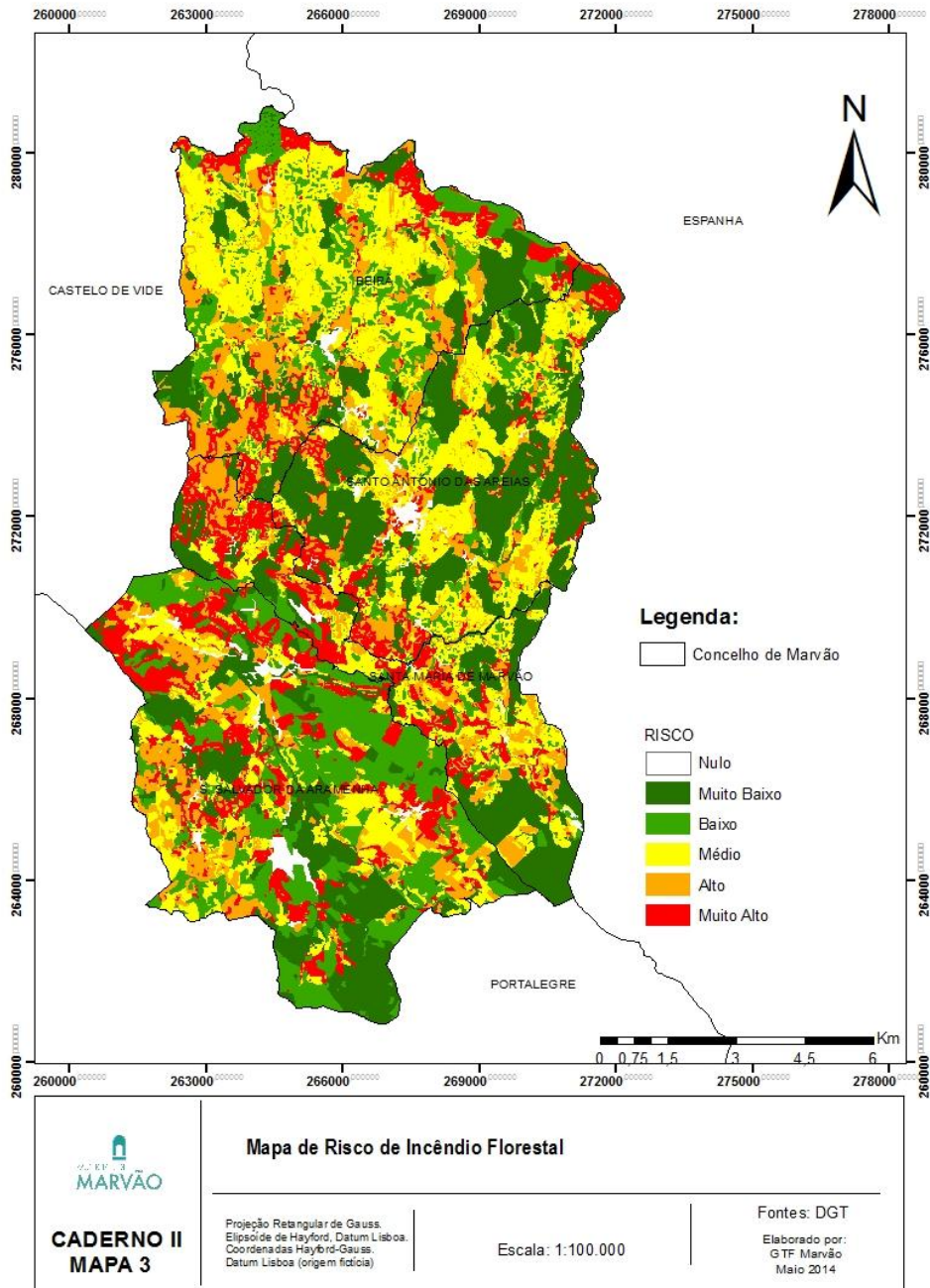


Figura 16. Mapa Risco de Incêndio Florestal

Fonte: PMDFCI 2015

Relativamente ao Risco de incêndio verifica-se, como seria expectável, que as áreas em que o risco é mais elevado se assemelham aquelas que apresentam um grau de perigosidade mais elevado, devendo-se tal situação ao facto do risco ser um produto da perigosidade com o dano potencial, e como tal ser influenciado pelo seu valor.

Visto que se existe perigosidade é provável a existência de risco, as áreas em que se verifica um risco de incêndio potencialmente elevado ou muito elevado assemelham-se às áreas com perigosidade da mesma intensidade, sendo o risco superior em área.

Importa referir que nos terrenos classificados nos PMDFCI como zona de risco de incêndio das classes alta ou muito altas, é proibida a construção de edificações para habitação, comércio, serviços, e indústria fora das áreas edificadas consolidadas (art.º16, n.º2 do DL n.º 124/2006).

Observando a figura seguinte, facilmente se percebe que, nos últimos 10 anos o concelho de Marvão não foi muito assolado por incêndios florestais, apenas se verificou ocorrências em, 2010 e 2012 atingindo a freguesia de Beirã e Santa Maria de Marvão. Apesar da área ardida não ser significativa nos últimos anos é necessário continuar-se a refletir e delinear uma política estratégica e de prevenção e mesmo de sensibilização de modo a que a floresta continue a ser preservada e as suas populações possam usufruir deste bem tão precioso.

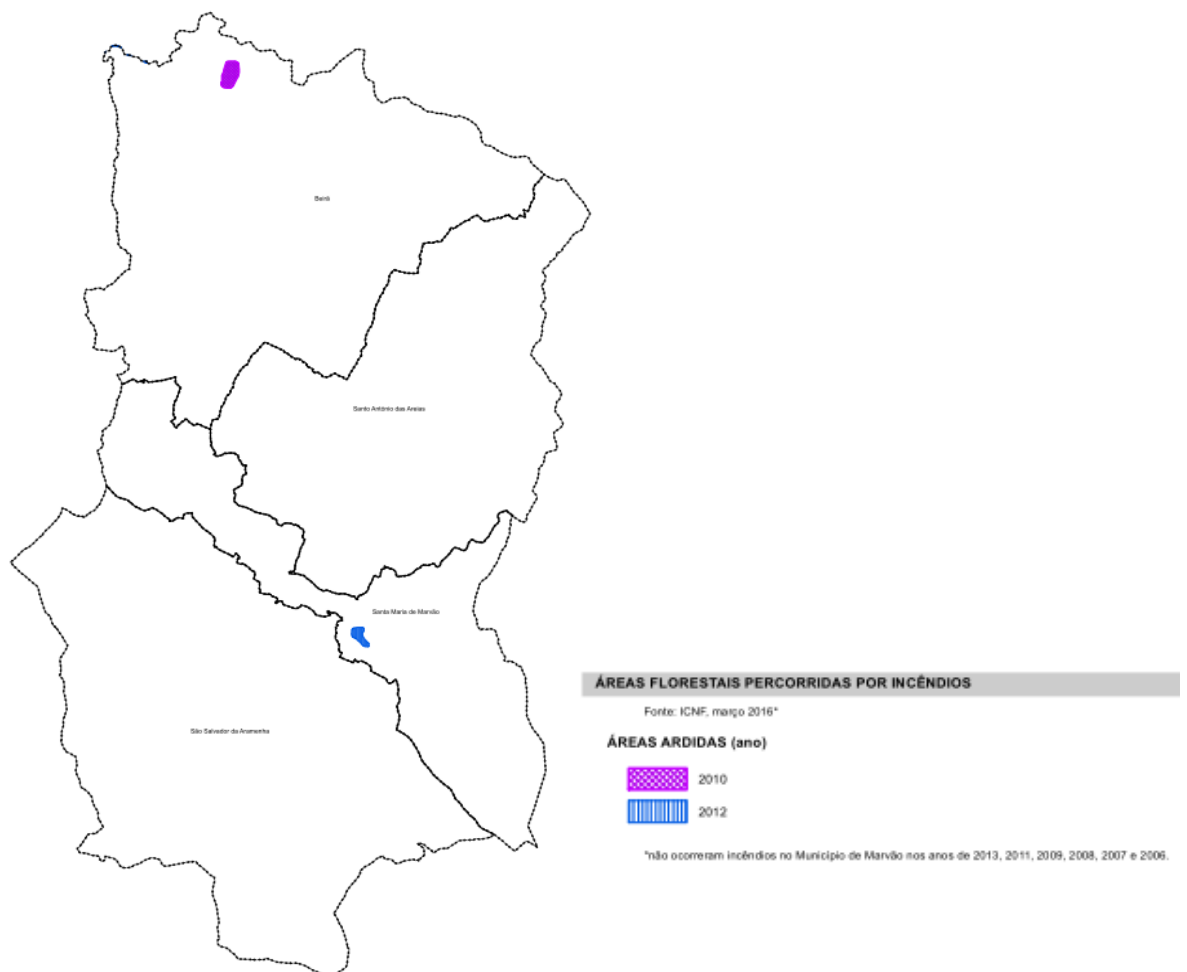


Figura 17. Áreas Florestais Percorridas por Incêndios

Fonte: ICNF, 2016

É necessário, também, criar um conjunto de infraestruturas de apoio, nomeadamente postos de vigia com vigilantes, aeródromos, pontos de água terrestre, ponto de água mistos, ponto e água aéreo. Para além destes equipamentos e apoio, deve haver uma rede estratégica infraestruturas viárias que abranjam todo o concelho, tal como caminhos e aceiros e estradas e caminhos florestais acessíveis aos carros dos bombeiros.

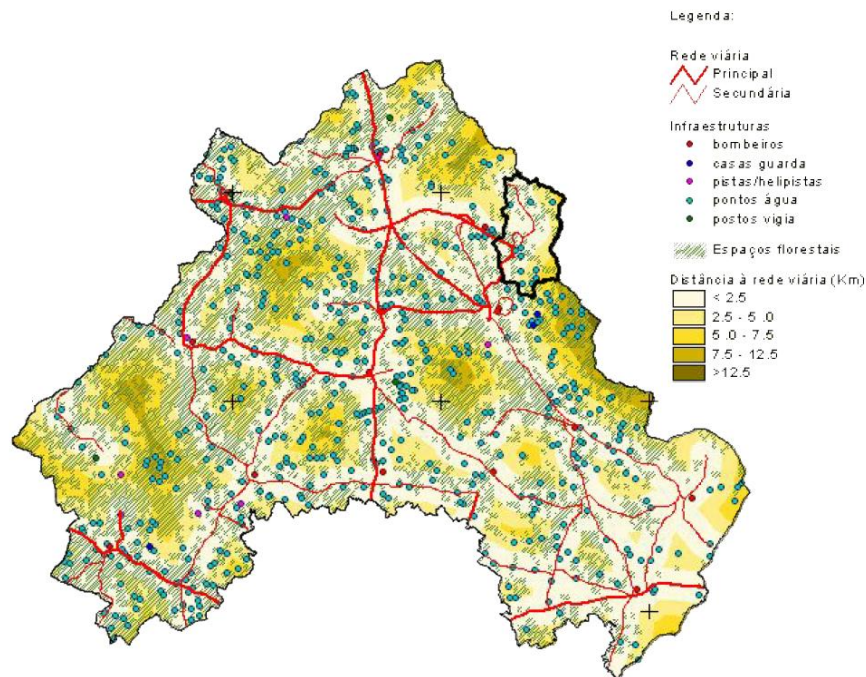


Figura 18. Infraestruturas e Acessibilidades aos Espaços Florestais.

Fonte: PROF AA - Bases de Ordenamento

A política das Florestas deve ser antes de mais preventiva de modo a que não seja, ano após ano, afetada, assim como a população que muito depende da floresta. Esta política deve envolver as diversas entidades da sociedade civil, desde os bombeiros (voluntários e sapadores), à proteção civil, as associações florestais, as escolas, e toda a população deverá ser informada e envolvida neste processo. Só assim, tentando sensibilizar as populações para a importância da floresta nas suas vidas e para a de todos, poder-se-ão obter resultados frutíferos.



5. BIODIVERSIDADE

5.1. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL

De acordo com o ICNF, o concelho de Marvão é abrangido na sua totalidade por uma Área Protegida, o Parque Natural da Serra de São Mamede. A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída pelas áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dos respetivos diplomas regionais de classificação. São classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

O Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) foi criado através do Decreto-Lei nº 121/89, de 14 de abril com o objetivo de assegurar a conservação da natureza. O seu papel é relevante na definição das regras de exploração do meio natural, que possibilite a compatibilização das atividades humanas com a dinâmica dos ecossistemas. Inclui o essencial da serra com o mesmo nome, o mais importante dos relevos alentejanos, em território pertencente aos concelhos de Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre

O concelho de Marvão está integralmente incluído no Parque Natural da Serra de S. Mamede e Rede Natura 2000, nomeadamente o SIC São Mamede. Apesar destes estatutos não possui nenhuma área classificada em regime florestal.

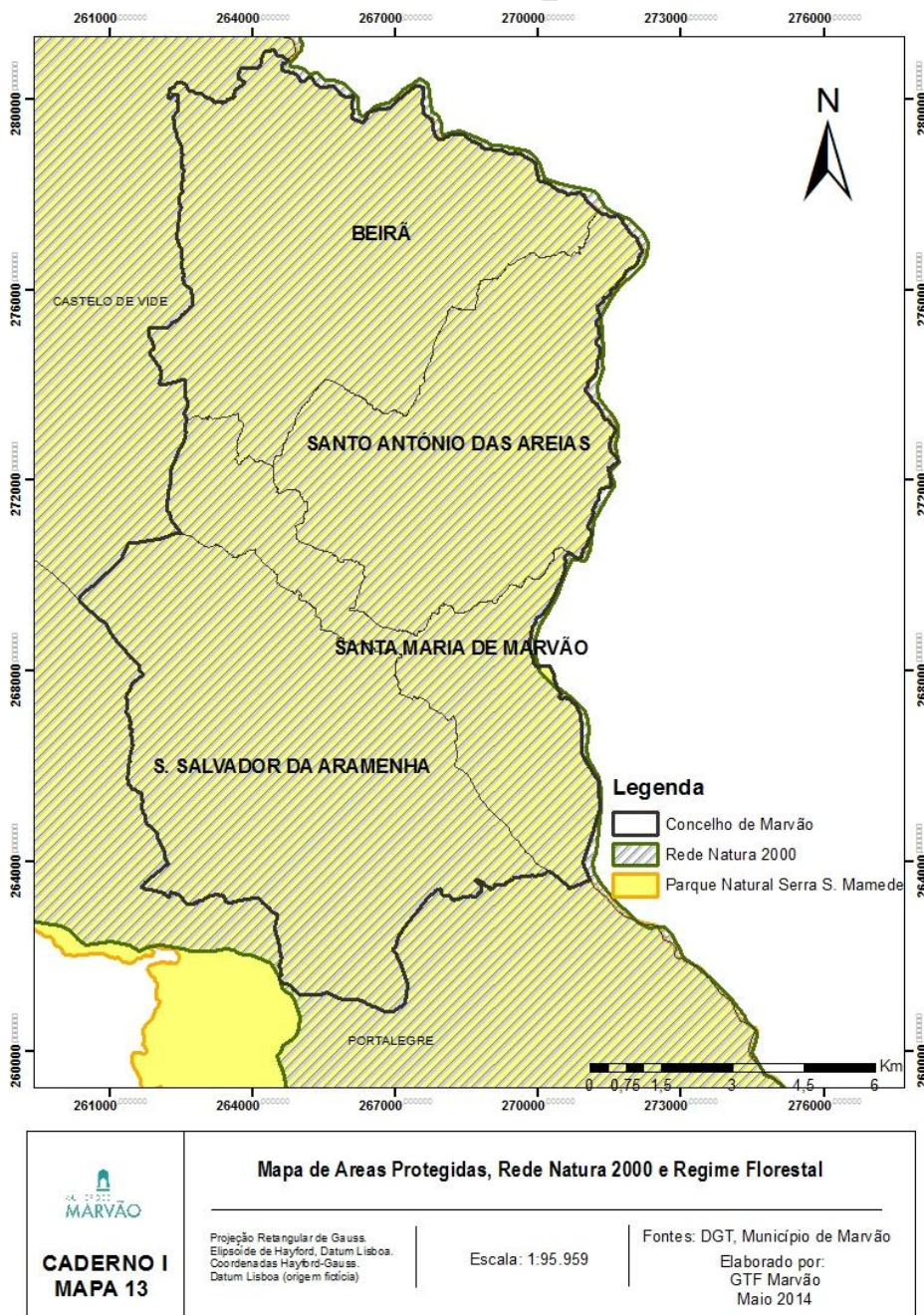


Figura 19. Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e Regime Florestal

Fonte: PMDFCI 2015

O SIC São Mamede (PTCON0007) foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto e compreende uma área de 116 114 ha distribuída pelos concelhos de Arroches, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Marvão, Nisa e Portalegre.

Atualmente não existe no concelho de Marvão nenhum Plano de Gestão em funcionamento. No entanto, encontra-se constituída uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF Marvão n.º 158, processo n.º181/08-AFN), pelo Despacho n.º 02/2012/ZIF, que abrange os municípios de Marvão e Portalegre.

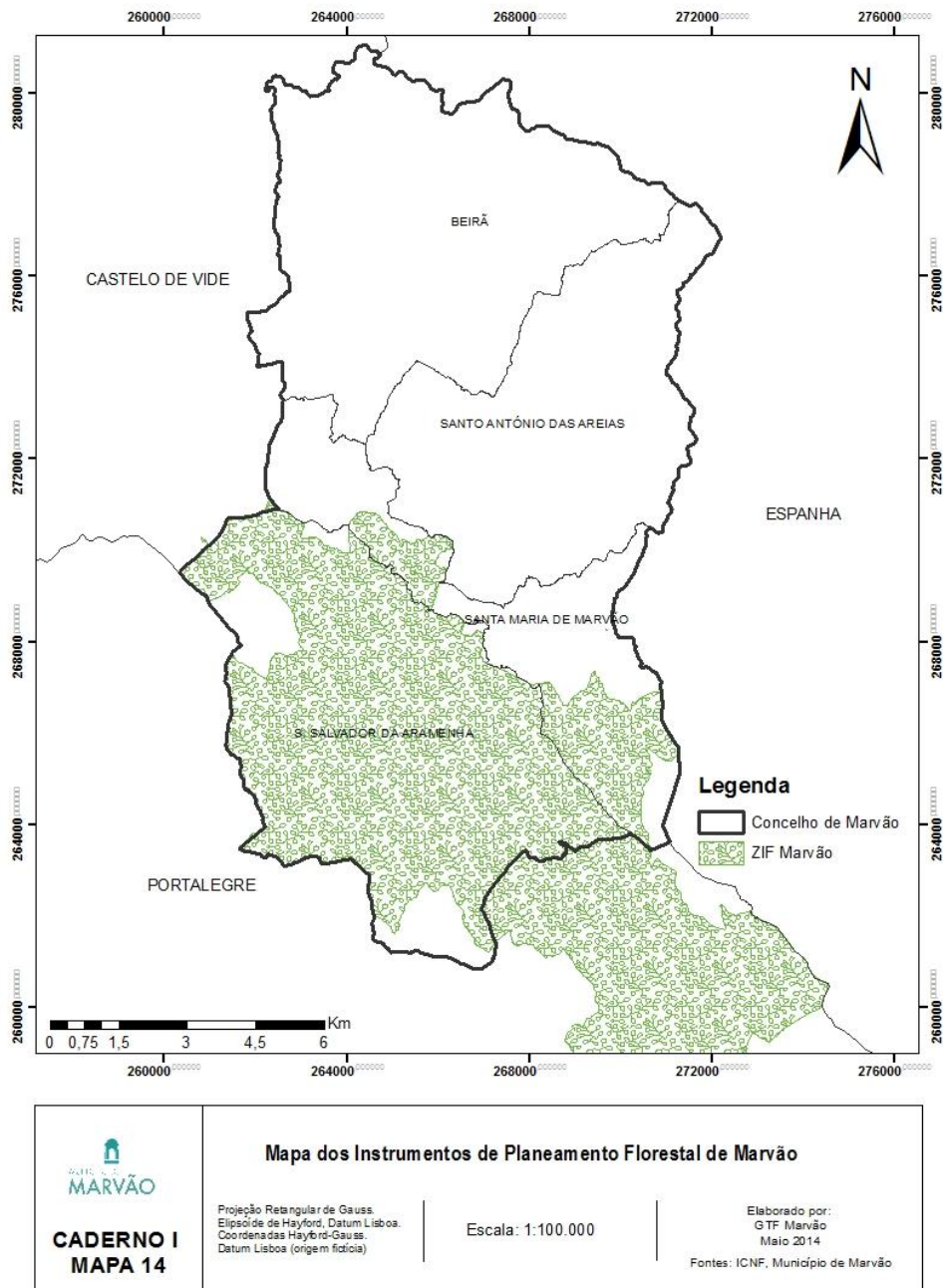


Figura 20. ZIF de Marvão

Fonte: PMDFCI 2015



“Por requerimento dirigido ao Presidente da Autoridade Florestal Nacional, um grupo de proprietários e produtores florestais, constituído para o efeito em Núcleo Fundador, ao abrigo do disposto nas alíneas

a) e b) do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, veio apresentar um pedido de criação de uma zona de intervenção florestal abrangendo vários prédios rústicos de freguesias dos municípios de Marvão e Portalegre.

Foram cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro. Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, na redação introduzida pelos Decretos-Leis n. os. 15/2009, de 14 de Janeiro, e 2/2011, de 6 de Janeiro, determino o seguinte:

1.º É criada a Zona de Intervenção Florestal de Marvão (ZIF n.º 158 processo n.º 181/08-AFN), com uma área de 7647 hectares, cujos limites constam da planta anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante, englobando vários prédios rústicos das freguesias de São Salvador da Aramenha e Santa Maria de Marvão no município de Marvão e freguesia de São Julião no município de Portalegre

2.º A gestão da Zona de Intervenção Florestal de Marvão é assegurada pela Terras de Marvão- Associação de Desenvolvimento Local, com sede em Antiga Escola Primária, Rua da Casa Nova, 7330-313 Escusa- São Salvador da Aramenha e tendo o NIPC508537584”.

(Despacho n.º 02/2012/ZIF)

5.2. VALORES NATURAIS

Como referido o concelho de Marvão está abrangido pelo Parque Natural da Serra de São Mamede e o SIC São Mamede da Rede Natura 2000 e onde se pretende assegurar a manutenção da biodiversidade, através da conservação de habitats e de espécies de fauna e flora. Assim, e no sentido do solicitado pelo ICNF (comunicado 4251/2015, de 17 de setembro), procedeu-se à identificação dos valores naturais no concelho de Marvão, com base nas fichas de habitats naturais do *site* do ICNF, encontrando-se representados na figura seguinte.

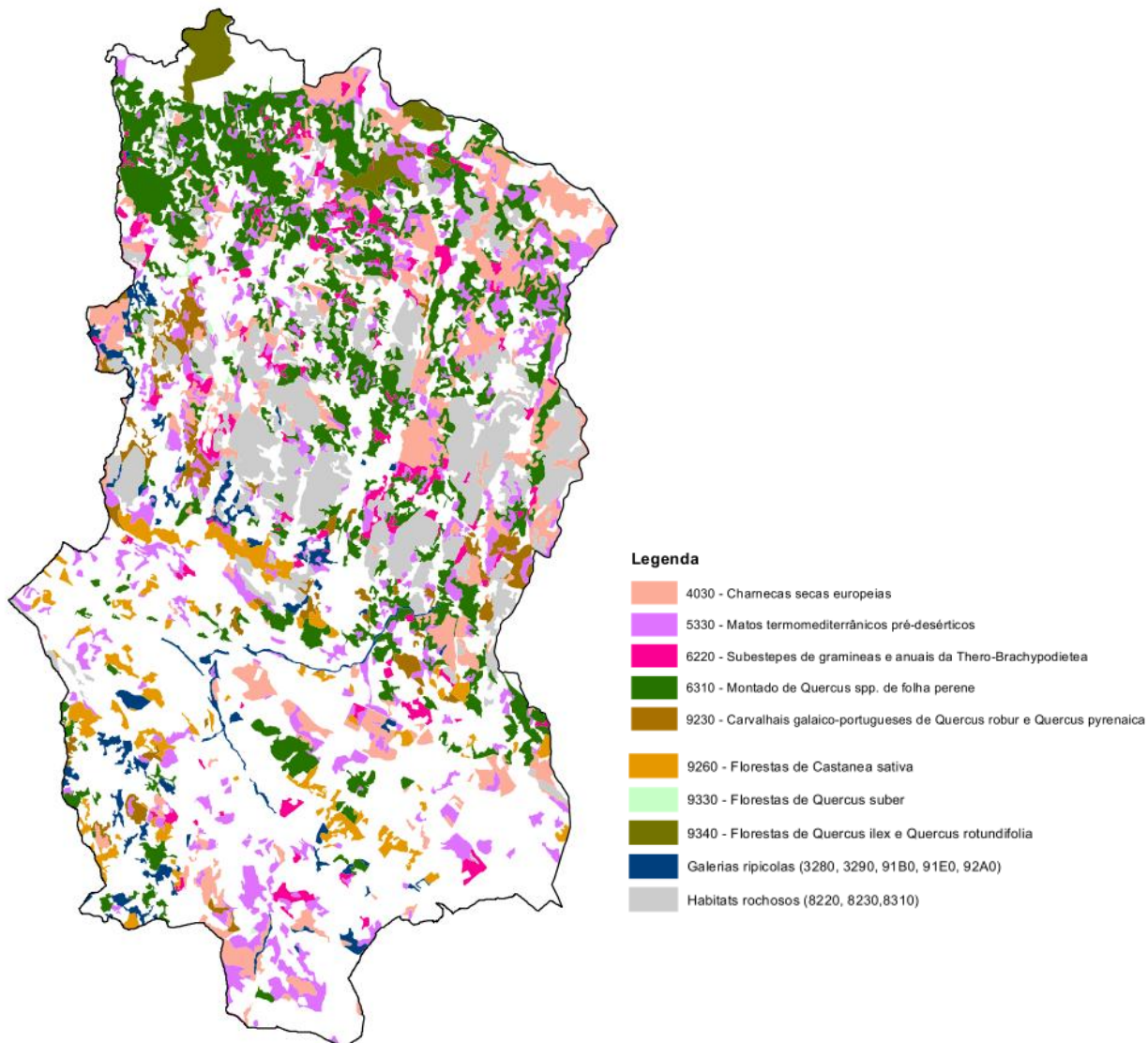


Figura 21. Valores Naturais - Habitats



De acordo com a figura anterior é possível verificar que na área territorial do concelho de Marvão foi identificado a existência de 10 habitats naturais e seminaturais.

Quadro 12. Valores Naturais - Habitats

Habitats Naturais e Seminaturais
4030 - Charnecas secas europeias
5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Bradchypodietea
6310 - Montado de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
6230 - Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260 - Florestas de <i>Castanea sativa</i>
9330 - Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340 - Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>
3280; 3290; 91B0;91E0; 92A0 - Galerias ripícolas
8220;8230;8310 - Habitats Rochosos

Em termos de distribuição geográfica, é possível constatar a presença de “habitats – Charnecas secas Europeias” um pouco por todo o concelho mas com particular incidência nas freguesias de Beirã e Stº. António das Areias, o que caracteriza este tipo de habitat é a presença de matos baixos, que fornecem um elevado grau de cobertura do solo, onde predomina essencialmente a vegetação das famílias das ericáceas, cistáceas e leguminosas.

Os matos termomediterrânicos pré-desérticos também são frequentes por todo o concelho, contudo abrangem áreas mais significativas na freguesia de Beirã, Santo António das Areias e São Salvador da Aramenha, este habitat é caracterizado por comunidades mediterrânicas arbustivas altas de características fisionómicas e ecológicas pré-florestais. Constituem frequentemente etapas de substituição ou orlas naturais de bosques esclerofilos mediterrânicos.

As Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Bradchypodietea, são comunidades herbáceas dominadas por gramíneas anuais e/ou perenes submetidas a uma pressão variável de pastoreio e ocorrem com mais incidência nas freguesias do norte do concelho que também corresponde a zonas mais planas, embora também de encontrem em algumas áreas do sul do concelho.

O Montado de *Quercus* spp. de folha perene, é evidente no norte do concelho particularmente na freguesia de Beirã, embora também ocorra em zonas mais a sul, caracteriza-se por um mosaico de pastagens naturais perenes sob coberto variável, pouco denso, de sobreiros e/ou azinheiras, associado a um sistema de pastorícia extensiva de ovinos.



Os Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* são pouco significativos, aparecendo em zonas da freguesia de Beirã e Santa Maria de Marvão como Mesobosques acidófilos dominados por *Quercus robur* e/ou *Q. pyrenaica*, pontualmente por *Betula celtibérica*.

As Florestas de *Castanea sativa*, caracterizam-se por castiçais (produção de varas) abandonados e soutos (produção de castanha) antigos, sendo particularmente evidentes em zonas do centro/sul do concelho correspondentes à freguesia de Santa Maria de Marvão e São Salvador da Aramenha.

As florestas de *Quercus suber*, são comunidades florestais predominantemente perenifólias, de copado denso e cerrado, dominadas pelo sobreiro, apesar de pouco significativas, encontram-se em pequenas áreas da freguesia de Beirã e São Salvador da Aramenha.

As florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*, são comunidades florestais predominantemente perenifólias, de copado denso e cerrado, dominado pela *Quercus rotundifolia*, com sinúcias lianóide, arbustiva latifoliada/espinhosa, herbácea vivaz ombrófila e por vezes muscinal e epifítica bem desenvolvidas, assentes em substratos derivados de rochas compactas, siliciosas ou calcárias, com nenhuma ou escassa intervenção humana recente, no concelho apresentam maior representatividade no limite norte da freguesia de Beirã.

As galerias ripícolas identificadas correspondem, aos Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*, Cursos de água mediterrânicos intermitentes da *Paspalo-Agrostidion*, Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*, Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) e Florestas-galeria de *Salix alba* e *Populus alba*, aparecem associadas ao elemento água, com particular evidencia nas áreas centro/sul do concelho.

Os habitats rochosos identificados correspondem a Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica, Rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi-Veronicion dillenii* e a Grutas não exploradas pelo turismo, tendo uma presença significativa em zonas do centro/norte do concelho.



6. REGULAMENTO PROF ALTO ALENTEJO COMPATIBILIZAÇÃO COM O PDM

Esta complexa relação deve ser gerida, em termos de ordenamento do território, ao nível do Plano Diretor Municipal. Primeiro porque os PDM's são os planos, que fazem a articulação das orientações das políticas nacionais e diretrizes regionais dos PROT com as estratégias de desenvolvimento local, logo é, o local ideal para integrar a questão do uso florestal no contexto mais alargado dos restantes usos. Em segundo, sendo o PROF um plano setorial a discussão ficaria sempre incompleta, não tendo a leitura abrangente que esta temática merece.

Assim cabe aos PROF esclarecer as principais linhas orientadoras, para em sede de PDM, haver uma correta concretização da política florestal em harmonia com os restantes usos e interesses.

Na verdade a concretização destas linhas orientadoras prende-se essencialmente com a definição do modelo de organização territorial, com especial destaque para o modelo de ocupação do espaço, onde se identificará a floresta desejável do ponto de vista da estrutura e composição.

Através do regulamento do PROF AA (Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril) é possível retirar as principais considerações, as quais serão, sempre que possível, traduzidas no regulamento do Plano Diretor Municipal de Marvão (PDMM).

A boa gestão e o ordenamento do espaço florestal exigem a compatibilização do PROF AA com o PDMM, pelo que se procura a articulação do PDMM com este instrumento de ordenamento florestal. As normas do PROF vincularão diretamente todas as entidades públicas e enquadrarão todos os projetos e ações a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados.